



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022 – 2026)

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 25 DE MAIO DE 2023

Presidente: Ex.^{ma} Sra. Celmira Sacramento

Secretários: Ex.^{ma} Sra. Bilaine Ceita

Ex.^{mos} Srs. José Rui Cardoso
Silvestre Mendes

SUMÁRIO

A Sra. Presidente declarou aberta a sessão às 9 horas e 25 minutos, tendo deixado uma saudação especial a todos e uma mensagem, pelo dia da África.

Em ponto prévio, intervieram os Srs. Deputados Danilo Santos (MLSTP/PSD), José Rui Cardoso (MLSTP/PSD), Osvaldo Abreu (MLSTP/PSD) e Abnildo d' Oliveira ADI).

O Plenário iniciou a apreciação conjunta, na especialidade, das Propostas de Lei n.º 01/XII/1.ª/2023 – Lei das Grandes Opções do Plano (GOP) para o Ano Económico 2023 e n.º 02/XII/1.ª/23 – Orçamento Geral do Estado (OGE) para o Ano Económico 2023 apreciando os orçamentos da Presidência da República, da Assembleia Nacional, do Gabinete do Primeiro-Ministro, do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, do Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos, da Defesa e

Administração Interna e da Juventude, Desporto e Empreendedorismo. Usaram da palavra, a diversos títulos, além dos Ministros da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Gareth Haddad Guadalupe), do Ministro do Plano, Finanças e Economia Azul (Ginésio Afonso), da Juventude, desporto e Empreendedorismo (Eurídice Semedo), dos Direitos da Mulher e Família (Maria Milagre), da Saúde e Assuntos Sociais (Célsio Junqueira) e da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (Abel Viegas), que responderam às questões levantadas, os Srs. Deputados Baltazar Quaresma (MCI/PS-PUN), Jozino da Veiga (ADI), Alexander Lima (ADI), Abnildo d' Oliveira ADI), Pedro Carvalho (ADI), Messias Pereira (ADI), Alberto da Trindade Luís (ADI), Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN), Levy Nazaré (BASTA), Itelmiza Pires (ADI), Policarpo Freitas (BASTA) e Celisa Aguiar (ADI).

A Sra. Presidente encerrou a sessão às 13 horas e 25 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, bom dia. Temos na Sala 49 Deputados e, assim sendo, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 23 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d' Oliveira**
Afonso da Graça **Varela** da Silva
Alberto da Trindade Luís
Aleksander Monteiro da Conceição **Lima**
Bilaine Carvalho Viegas de **Ceita** do Nascimento
Celisa Maria Martins dos Reis **Aguiar**
Celmira de Almeida do **Sacramento** dos Santos Lourenço
Danilo Francisco dos Santos **Quaresma**
Edmilson das Neves Amoço
Ekeneide Lima dos Santos
Elísio Osvaldo do Espírito Santo D' Alva **Teixeira**
Hélder Santana de Nascimento
Honório Sousa Pontes
Itelmiza Duarte Monteiro **Pires**
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
José António do sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral D' Alva
Jozino Malupane da **Veiga**
Laudino Afonso de Jesus
Lourenço Aguiar **Freitas**
Messias Luís Fernandes **Pereira**
Nito de Sousa Viegas de Abreu
Orlando Borges da **Mata**
Ossáquio Perpetua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Silvestre Moreno **Mendes**
Sólito da Cunha Lisboa Neto
Teodorico de Campos
Wilter Kathelen das Neves Boa Morte

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino José da **Costa**
Adllander Costa de **Matos**
Arlindo Barbosa Semedo
Ayza Fortes da Silva
Conceição Vieira **Moreno**
Danilo Neves dos **Santos**
Elákcio Afonso da **Marta**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D' Alva
Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca **Quaresma**
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
Jorge Lopes de **Bom Jesus**
José Maria Afonso de **Barros**
José Rui Tavares **Cardoso**
Osvaldo António Cravid Viegas de **Abreu**
Osvaldo Eduardo João
Osvaldo Tavares dos Santos **Vaz**

Raúl do Espírito Santo Cardoso
Wuando Borges Castro de Andrade

MCI-PS/PUN

António dos Reis Faleiro
Baltazar Albertina Quaresma
Beatriz da Veiga Mendes Azevedo
Eldimiro Emiliano Manuel
João Leonardo de Pina da Trindade Batista

Movimento BASTA:

Levy do Espírito Santo Nazaré
Policarpo Viegas de Oliveira Freitas

A Sra. **Presidente**: — Antes de mais, gostaria de saudar a todos os que nos acompanham, de uma forma geral e, como sempre, os técnicos que permitem a transmissão da nossa sessão; saudar também de uma forma muito especial a todos os africanos, a todas as africanas, tendo em conta que hoje é o dia 25 de Maio, dia da África; saudar muito especialmente a todos os são-tomenses, a todas as são-tomenses, muito particularmente as mães são-tomenses, lutadoras, trabalhadoras e batalhadoras. Dizer que o dia da África, 25 de Maio, é mais uma data, é verdade, mas nós todos devemos reflectir à volta da mesma, porque há ainda muito que fazer com relação aos povos africanos, mais particularmente ainda aos africanos de tom de pele mais escuro. Tem havido ultimamente uma onda de forças a um jogador brasileiro de uma grande equipa. Enquanto pensávamos que estamos a progredir com relação a não ao racismo, vemos isso a acontecer em pleno século XXI. Quer dizer que há ainda muito por fazer e gostaria de apelar aqui, que nós todos nos engajássemos a pensar e repensar a África e mormente o dia 25 de Maio. A todos, mais uma vez, as nossas saudações.

Já agora, cumprimento os membros do Governo, hoje liderado pelo Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Assim, vamos dar continuidade aos trabalhos. O Grupo Parlamentar do ADI avocou a análise, discussão e votação dos dois instrumentos, que são as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado, na especialidade, ao Plenário, e estamos aqui hoje para mais um exercício.

Porque durante a discussão do Orçamento Geral do Estado e das Grandes Opções do Plano não há período de antes da ordem do dia, vamos apresentar a proposta de programa, que também foi aprovada ontem. Decidiu-se, assim, para o dia 25 de Maio, Quinta-feira, hoje, analisarmos e discutirmos os orçamentos da Presidência da República; da Assembleia Nacional; do Gabinete do Primeiro-Ministro; do Ministério da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares; do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades; do Ministério da Justiça, Administração Pública e dos Direitos Humanos; do Ministério da Defesa e Administração Interna; do Ministério da Juventude e Desporto e do Ministério dos Direitos da Mulher. Este é o programa que temos para hoje.

Para amanhã, dia 26 de Maio, Sexta-feira, teremos o Ministério da Educação, Cultura e Ciências; o Ministério da Saúde, Trabalho e dos Assuntos Sociais; o Ministério das Infra-Estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente; o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas; o Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul e, lá mais para o fim, votação das Propostas de Lei. Este é o programa aprovado, vamos começar a nossa discussão, na especialidade.

O Líder Parlamentar do MLSTP/PSD estava a acenar?

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — É um ponto prévio, para que o Secretário José Rui venha à Bancada.

A Sra. **Presidente**: — Ponto prévio?

Não há período antes da ordem do dia, mas o Líder está a pedir um ponto prévio. Assim, o Sr. Deputado é substituído, porque os elementos da Mesa não têm a palavra. Então, peço que a Vice-Secretária, Celisa Aguiar, venha ocupar o lugar na Mesa.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Rui.

O Sr. **José Rui Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo aqui presentes, Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, não nos esquecendo dos nossos irmãos na diáspora, bom dia.

Sra. Presidente, peço aqui este ponto prévio para dizer que sou Deputado, prestei aqui o meu juramento e, prestando juramento, é para que eu possa cumprir com um manual que faz parte da Assembleia, que é o Regimento da Assembleia Nacional, mas acho que este não está a ser cumprido nesta Assembleia. Faço parte da Mesa da Assembleia Nacional e quando, na sua intervenção, a Sra. Presidente toma uma decisão, dizendo que a Mesa é que está a tomar essa decisão, então quer dizer que eu também estou a dar a minha colaboração para o não cumprimento do Regimento.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Então, é por esta razão que acho que eu não devo fazer parte da Mesa nessas questões, porque não posso, de maneira nenhuma, estar a colaborar com isto.

Muito obrigado!

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Segundo o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, há outro ponto prévio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Abreu.

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente e a Mesa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Funcionários desta augusta Assembleia, Comunicação Social e os presentes aqui, Povo de São Tomé e Príncipe, a nossa diáspora e todos que nos observam e escutam neste momento, bom dia.

Nós vivemos ontem outro episódio de recusa de defesa da honra e, portanto...

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Sra. Presidente, isso não pode!

Murmúrios do ADI.

O Sr. **Osvaldo Abreu** (MLSTP/PSD): — ... eu estou aqui para dizer o seguinte: Sra. Presidente, com todo o respeito, esta Assembleia não é representativa de São Tomé e Príncipe. A Sra. Presidente está a jogar num dos lados, claramente. É neste momento a Presidente da Assembleia para o ADI e os que votaram no ADI. Nós fomos votados da mesma maneira como a senhora e os senhores foram votados, e os nossos militantes e simpatizantes não se revêem nesta presidência.

Neste momento, como foi dito, há um jogo e foi ontem claramente observado que o árbitro é parte de uma equipa. E querem fazer entender à população e telespectadores que há um jogo.

Sra. Presidente, podem calar-me ou tentar, pelo menos. Podem tentar amordaçar-me, podem também me expulsar, podem também mandar prender-me, podem mandar torturar-me, mandar matar-me, como já houve uma tentativa, e podem também mandar enterrar, sem missa nem padre.

Murmúrios do ADI.

Sra. Presidente, ...

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado, excedeu o tempo do seu ponto prévio. Quando abrimos esta sessão para pontos prévios, era suposto serem pontos prévios com relação ao trabalho de hoje. Nós deixamos e o Sr. Deputado já se exprimiu, é favor retomar o seu lugar. Aquando da sua intervenção, poderá continuar, mas agora não.

Murmúrios gerais.

Tenhamos calma, Srs. Deputados.

Sr. Vice-Presidente tinha pedido o ponto prévio, é o último, para nós começarmos.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro, o meu ponto prévio é mesmo para o trabalho.

Nós aprovamos um programa ontem, que a Mesa acabou de apresentar. Não venho fazer nenhuma alteração, nenhuma proposta, mas é apenas para que nós tenhamos um pouco de flexibilidade. Caso terminemos o que está programado para hoje, o último Ministério é o dos Direitos da Mulher, para nós pegarmos imediatamente o ministério que vem a seguir, que está programado para amanhã. Assim teremos mais tempo hoje, porque amanhã, de acordo com a nossa Casa, teremos mais carga de trabalho, tendo em conta que também vamos aprovar as Propostas de Lei na especialidade.

Este é o meu ponto prévio.

A Sra. **Presidente**: — A proposta está lançada e solicito à Assembleia a sua aprovação.

Submetida à votação, foi aprovada com 36 votos a favor, sendo 29 votos do ADI, 5 do MCI/PS-PUN, 2 do Movimento BASTA e 15 abstenções do MLSTP/PSD.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Vamos abrir inscrição para intervenção na Área Institucional, Presidência da República. Não há intervenção, podemos passar para a outra? Com relação ao orçamento da Presidência está tudo certo? Nenhuma alocação, nenhuma alteração, nenhuma adenda?

Não havendo, passemos para a Assembleia Nacional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino Veiga.

O Sr. **Jozino Veiga** (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Caros Deputados, Governo, Técnicos da Comunicação Social, são-tomenses em São Tomé e Príncipe e na diáspora, muito bom dia.

Venho aqui pedir uma atenção especial do Governo, concretamente por parte do Ministro das Finanças, no sentido de dar uma atenção especial ao orçamento da Assembleia Nacional, sobretudo naquilo que é o custo com a democracia, que hoje nos obriga a ter dois Deputados na diáspora. Como nós sabemos, a diáspora não é só Portugal, que tem um deputado residente, para Europa, e Angola, que também tem um deputado residente, para África. Então, há toda uma necessidade de nós irmos ao encontro das nossas comunidades noutras paragens dos continentes que, neste caso, são os Continentes Africano e Europeu. Porque muitas das vezes as comunidades, sobretudo aqueles que nos elegeram, pensam que não temos vontade de ir ao encontro delas, para conhecermos a sua real situação. Hoje a diáspora precisa muito da nossa presença, da nossa contribuição e da nossa voz.

Portanto, sabemos que é um custo, mas é um custo com a democracia. Então, venho neste sentido pedir ao Ministro das Finanças que dê uma atenção especial ao assunto da diáspora, porque queremos trabalhar, queremos representar condignamente as comunidades que representamos.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Assim torna-se um bocadinho difícil, porque o Sr. Deputado não apresentou proposta nenhuma de alocação ou coisa semelhante, para que o Governo tenha referência. Mas fica a sua preocupação com relação à Assembleia Nacional. Os encargos realmente são outros, mas não temos qualquer proposta. A ideia é termos uma proposta para submetemos ao Governo.

Alguém querará dar alguma contribuição à volta do orçamento da Assembleia Nacional?

Se não, podemos dar como discutido o orçamento da Assembleia. Não havendo mais inscrição à volta do orçamento da Assembleia Nacional, passemos para o Gabinete do Primeiro-Ministro.

Alguma proposta de emenda, de aditamento, acréscimo, alocação?

Aproveito para pedir aos Srs. Deputados e Sras. Deputadas que tragam propostas concretas, porque estamos no quadro da especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente da Mesa, Srs. Membros da Mesa, Caras e Caros Deputados, Srs. Membros do Governo, bom dia.

Além da proposta, tenho também algumas preocupações em relação ao orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro.

A primeira preocupação tem a ver com a forma, e nós levantamos esta questão no debate na generalidade, sobre a Orgânica do Governo, e fomos informados ontem pelo Sr. Primeiro-Ministro, ouvi, que já estava promulgado, finalmente 6 meses depois, mas passei ainda ontem da Reprografia, para ver se conseguia uma cópia para estruturar melhor a minha intervenção, ainda não está publicado, está na forma. Portanto, vou falar daquilo que está no orçamento.

Sra. Presidente, estranha-me ver na Unidade Gestora sob a tutela do Gabinete do Primeiro-Ministro instituições autónomas como a APCI, a ANP e a UIF. São organismos criados por leis específicas, têm estatutos próprios, onde estão previstos claramente quem são os responsáveis ministeriais que devem tutelar esses organismos. Por exemplo, ANP, Decreto de Lei 5/2004 no artigo 1.º diz: «Exerce as suas funções sob a tutela do Ministro responsável pelo sector do petróleo. APCI, Decreto-lei 2/2012 – Que Cria a Agência de Promoção de Comércio e Investimento, ponto 2 do artigo 3.º: «A APCI exerce as suas funções sob tutela do Ministro responsável pela Área do Comércio. E a UIF, Decreto 60/2009 – Que Cria a UIF, no artigo 11.º: «A UIF funciona sob tutela do Ministro do Plano e Finanças. Portanto, como disse, não li a Orgânica, não está publicada e gostaria de saber se algum artigo derroga essas leis específicas, para que estes organismos estejam sob a tutela do Gabinete do Primeiro-Ministro e não sob a tutela dos ministros sectoriais, como está nos seus estatutos. Este é o ponto 1.

Indo ao Orçamento, também não consigo perceber por que é que, no âmbito da realização da Cimeira da CPLP, a verba destinada à presidência São Tomé e Príncipe para o ano 2023/2025 está alocada no Gabinete do Primeiro-Ministro e a verba também para a realização da Conferência de Chefes de Estado e do Governo da CPLP está também no Gabinete do Primeiro-Ministro, quando nós todos sabemos que o ministério que tem a vocação para tratar desta matéria, eu acredito que é quem está a liderar este processo, é o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Até porque grande parte dos trabalhos será realizado pela Direcção Nacional de Protocolo do Estado, e esta verba aparece aqui no Gabinete do Primeiro-Ministro. Não sei se há alguma desconfiança em relação ao Ministro. Eu li num dos comunicados do Conselho de Ministros que quem está a presidir essa comissão é o Ministro da Presidência e não o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Gostaria de saber se isso é só uma opção política ou se há algo mais por trás disso.

E para finalizar, estou curioso para ver a posição dos Srs. Deputados do ADI, nomeadamente os Caros Colegas José António Miguel e Abnildo d' Oliveira, no que tange ao apoio institucional que está aqui no Gabinete do Primeiro-Ministro. Lembro-me que no último orçamento criaram um grande alarido à volta disso. Repito, estou curioso para ver qual é o posicionamento actual em relação a esta verba de apoio institucional que continua a estar no Gabinete do Primeiro-Ministro, na parte de investimento público.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Mais algum pedido de esclarecimento à volta do orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro?

Não havendo qualquer intervenção e tendo aqui o Sr. Deputado Wuando Castro abordado algumas questões que podem merecer algum esclarecimento, não sei se o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros querará tecer algumas considerações.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Gareth Guadalupe): — Sra. Presidente, Caros Membros do Governo, Caras Deputadas e Deputados, Técnicos da Comunicação Social e da Assembleia, bom dia.

Vou começar pela CPLP, acho que todos sabemos o que é Cimeira dos Chefes de Estado e do Governo. Se é Cimeira dos Chefes de Estado e do Governo, o Primeiro-Ministro pode, naturalmente, avocar para si toda a liderança do processo e não vemos nenhum problema nisso, não fere lei nenhuma. É uma questão de organização interna do Governo.

Relativamente à Orgânica, o que o Sr. Primeiro-Ministro disse aqui ontem é que foi promulgada, não disse que foi publicada. Naturalmente que neste momento os serviços do Centro de Informática e Reprografia devem estar a trabalhar na sua publicação.

Falou de várias instituições que por decreto estão a nível da Primatura e que acha que deveria estar a nível dos outros ministérios. É de facto a Orgânica que organiza a estrutura funcional de qualquer governo, e esta Orgânica está neste momento a ser publicada. E atenção que a Orgânica de qualquer governo é um

decreto-lei, e aquilo que define onde é que as direcções devem estar é um decreto. Portanto, estamos a trabalhar num documento que em termos de força legal está acima de um decreto.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Obrigado, Sr. Ministro, pelo esclarecimento ou tentativa de esclarecimento.

Em relação às questões que foquei, dos organismos autónomos, Sr. Ministro, não é por vontade do Governo ou simples decreto-lei que derroga ou revoga a lei específica. O senhor tem aqui os ilustres Juristas, Afonso Varela e Elísio Teixeira, da vossa Bancada, que o podem ajudar neste processo.

A lei geral, e a orgânica é uma lei geral de funcionamento interno do Governo, não derroga ou revoga leis específicas que são estatutos que criaram esses organismos. Pode pedir ajuda aos Srs. Deputados Afonso Varela e Elísio Teixeira, de certeza que o irão ajudar, a não ser que esta própria lei esteja expressamente prevista na Orgânica. Daí eu ter dito que não li a Orgânica e quero saber se realmente está lá explícito que o Decreto-lei 5/2004, que cria a ANP, o Decreto-lei 2/2012, que cria a APCI, e o Decreto 60/2009, que cria a UIF, foram de alguma forma derogados por algum artigo da Orgânica do Governo. Se não for o caso, não serve, e pode tirar essas dúvidas com os Srs. Deputados. E tenho a certeza de que, se o Dr. Elísio estivesse na Presidência da República como Assessor, mandava essa Orgânica para trás, como fazia antigamente.

A Sra. **Presidente**: — Estamos a discutir o orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro.
Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Sra. Presidente, respeitando a devida precedência protocolar, bom dia a todos.

Antes de trazer a minha proposta, gostaria de dizer que, quando alteramos o Regimento da Assembleia Nacional e a Lei Eleitoral também, várias intervenções que eu havia tido nesta Casa Parlamentar sobre a questão da diáspora era exactamente para terem em atenção a nossa realidade, a nossa escassez económica e financeira e o custo da democracia, com esse passo que iríamos dar. Mas estava de acordo que se tinha que dar o passo, tendo em conta a nossa representatividade na diáspora, os nossos concidadãos que estão na diáspora.

Já temos imensas dificuldades só para fazer deslocar os nossos Deputados do Círculo da África e da Europa, e não só, sabemos e a Sra. Presidente sabe e vive isso. Já tínhamos antes dificuldades para fazer deslocar as Sras. e Srs. Deputados da Região Autónoma do Príncipe. É sempre uma dor de cabeça aqui quando temos uma plenária. Mas já que demos esse passo, agora é encontrar a solução, e a solução num dinheiro que não é nosso, um dinheiro que maioritariamente, como já havia dito ontem ou antes de ontem, é um dinheiro de outros povos que nos ajudam.

Concordo com o Sr. Deputado que falou sobre a diáspora, eles têm que deslocar para estar perto das nossas comunidades nos outros países, onde não residem, mas faz parte do seu Círculo Eleitoral, daí que trago uma proposta concreta de apoio, tendo em conta que a fonte de financiamento é interna, é do Tesouro Público. Fazer deslocar, pelo menos, 500 000 dobras da rubrica apoio institucional, do Gabinete do Primeiro-Ministro para o OAN, para ajudar os Srs. Deputados do Círculo da Europa e da África, para poderem se deslocar e atender à nossa comunidade na diáspora.

Esta é a minha proposta concreta, desse apoio institucional do Gabinete do Primeiro-Ministro, pelo menos 500 000 viesse para a Assembleia, para atender a esta grande preocupação dos nossos Deputados.

A Sra. **Presidente**: — Mais contribuições?

A proposta do Sr. Deputado Levy Nazaré é para fazer uma alocação de 500 000 dobras afectas ao Gabinete do Primeiro-Ministro, na epígrafe apoio institucional, para a Assembleia Nacional. Porque estamos na sede de discussão na especialidade e não havendo mais proposta, submeto à Assembleia a proposta do...

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul** (Ginésio da Mata): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Há cerca de duas semanas, não tenho referência exacta, o OAN já foi aprovado aqui,...

Uma voz: — *Falou fora do microfone.*

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul:** — ... não, não, o OAN já foi aprovado aqui.

Entendi o sentido da intervenção do Sr. Deputado Jozino, é no âmbito da implementação e da execução orçamental. Entendi o apelo, no sentido de poder disponibilizar verba para a Assembleia, para fazer face a esta necessidade. Porque se na proposta de orçamento que as Sras. e Srs. Deputados aprovaram não estiver prevista esta actividade, ela também não poderá ter lugar.

Fiz referência ao procedimento que a Assembleia adopta, no sentido de aprovar primeiramente o seu orçamento, depois para vir aprovar o OGE. Isso é um aspecto.

Por outro lado, a proposta feita pelo Sr. Deputado Levy Nazaré vai no sentido de tirar uma verba de investimento para reforçar uma verba de funcionamento, pelo que iria mexer com toda a estrutura do orçamento.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, Sra. Ministra, Srs. Ministros, Caros Colegas Deputados, bom dia.

Percebi também o alcance da intervenção do Sr. Deputado Jozino, mas tenho aqui uma sugestão, para lidarmos com a situação. Acho que à semelhança das Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional, quando projectam deslocações, visitas de trabalho, solicitam à Mesa da Assembleia apoio para poderem suportar essas deslocações. Acho que se poderia inscrever na mesma lógica também possíveis deslocações dos Deputados da diáspora, que saem dos seus países de residência para outros Estados, províncias ou países para, na mesma lógica, poder apoiar no âmbito do próprio OAN.

É uma sugestão.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — O Sr. Deputado Jozino apresentou uma preocupação lógica e veio uma proposta concreta da parte do Sr. Deputado Levy Nazaré.

A Assembleia, aprovando esta proposta, é possível, desde que, porque aprovamos o Orçamento na generalidade, não mexa com o seu tecto, mas se pode fazer um orçamento rectificativo do OAN, se for este o caso. Portanto, ultrapassaríamos a situação.

A preocupação ou a proposta do Sr. Deputado Levy Nazaré faz algum sentido, mas a contribuição, Sr. Ministro das Finanças, é dizer que as deslocações dos Deputados da diáspora para outros países que compõe o seu Círculo Eleitoral faz parte do trabalho parlamentar. É como quando as Comissões se deslocam em visita aos sectores. Logo, há cabimento e há como acomodar isso, se for neste sentido.

Mas, ali com o Líder Parlamentar, a proposta é lógica, faz sentido, mas da nossa parte não acolhe aprovação. Gostaríamos de manter e poderemos encontrar uma outra saída, para poder dar cabimento a esta proposta.

A proposta concreta do Sr. Deputado Levy Nazaré não colhe a nossa aprovação.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Havíamos dito nas outras reuniões que o Movimento BASTA está para apresentar propostas e soluções que achamos que vão de acordo com as necessidades do País. Se elas não tiverem, obviamente, acolhimento e não forem aceites, entendemos. É assim a democracia, mas o povo de São Tomé e Príncipe, pelo menos, vai ouvindo as diversas propostas que o Movimento BASTA vai colocando durante a Legislatura.

Quanto à questão de aprovação do OAN, é verdade, é uma prática que eu próprio questioneei, em vários momentos, está registado nos nossos arquivos. Por que é que o orçamento da Assembleia é aprovado

antes e não no momento em que estamos a aprovar o OGE, já que o nome mesmo diz Orçamento Geral do Estado? Até os orçamentos da Presidência da República e do Gabinete do Primeiro-Ministro são aprovados conjuntamente, por que é que o da Assembleia tem que ser diferente.

Na altura arranjam uma justificação, tem sido assim, como se muitas coisas que têm sido assim significam que são boas coisas.

Sr. Ministro, somos quadro das Finanças, na mesma geração, na mesma altura, conhecemos as práticas na execução orçamental. Logo, a minha proposta era, no momento da execução, poder encontrar mecanismos para ajudar de facto a diáspora, segundo a intervenção do Sr. Deputado.

A Presidente da Assembleia e toda gente sabe que nem o valor que está orçamentado para a Assembleia Nacional chega. Está aqui o número só, mas na execução o dinheiro não vem para a Assembleia na sua totalidade.

Muitas vezes queremos fazer deslocações das comissões, para as pessoas que vêm falar das comissões, nem nós aqui a nível das comissões temos dinheiro para deslocar, e toda gente sabe. Então, não venham falar de deslocação. Está a pedir para o Deputado sair de Portugal para Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica; o Sr. Deputado que vive em Luanda, não sei qual é a província ou cidade de Angola, sair de Angola para Cabo Verde, Gabão, Guiné-Equatorial, etc., etc., com esse dinheiro das comissões?

A minha proposta é realista para a nossa realidade, mas se não quiserem aprovar, não faz mal, é democracia.

A Sra. **Presidente**: — Vamos continuar ainda no orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro. Já vimos que a proposta do Sr. Deputado Levy Nazaré não teve acolhimento de todos. Portanto, não sei se é preciso que votemos a proposta do Sr. Deputado Levy Nazaré.

Na altura já estava a submeter a proposta do Sr. Deputado Levy Nazaré à votação, mas depois houve outras intervenções. Mas para que fique registado, realmente precisamos votar esta proposta.

Submetida à votação, foi rejeitada com 32 votos contra, 2 votos a favor e 19 abstenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré (BASTA)**: — Só para ajudar e não por ter sido a minha proposta, poderia ter sido de qualquer Sra. ou Sr. Deputado, eu teria a mesma posição.

Para ajudar em termos de terminologia, a proposta reprovou, mas no fundo vem a dar a mesma coisa. Reprovada parece na escola primária, que a gente chumba ou passa. A proposta não passou.

É só um apelo.

A Sra. **Presidente**: — Tomamos boa nota e rectificamos, dizendo que a proposta do Sr. Deputado Levy Nazaré não passou.

Não tendo mais argumentos para intervenção no orçamento do Gabinete do Primeiro-Ministro, vamos dá-lo por discutido.

Passemos ao orçamento do Ministério da Presidência do Conselho de Ministro e dos Assuntos Parlamentares.

Está tudo bem, tudo certo com o orçamento da Presidência do Conselho de Ministro e dos Assuntos Parlamentares?

Nenhuma adenda, nenhuma alocação, nenhuma alteração?

Não havendo, passemos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

Também não havendo qualquer intervenção, vamos ultrapassar, entrando agora para o orçamento da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos.

Nenhuma intervenção? Vamos ultrapassar.

Submeto à discussão o orçamento do Ministério da Defesa e Administração Interna.

Nada a considerar? Ultrapassemos também.

Passemos ao Ministério da Juventude e Desporto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Baltazar Quaresma.

O Sr. **Baltazar Quaresma** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Caros Deputados, Srs. Membros do Governo, Srs. Técnicos da Comunicação Social e desta Casa Parlamentar, Povo de São Tomé e Príncipe, no País e na diáspora, particularmente a população de Caué, bom dia.

Faço uso da palavra para falar um pouco sobre a construção do campo de futebol em Angolares. É óbvio que Sua Excelência, não vejo cá a Ministra da Juventude e Desporto, pode reagir, dizendo que o respectivo plano de projecto de construção está inscrito no presente orçamento e a respectiva verba que ronda os 700 000 dobras. Porém, como sabemos, não é pela primeira vez que os sucessivos governos inscrevem no Orçamento Geral do Estado verbas para a construção do campo de Angolares, mas não acontece.

É para dizer que estamos cansados, a população de Caué, queremos confessar que estamos cansados com várias promessas e propagandas políticas que de facto não se concretizam e não se materializam. Pedimos veemente que desta vez possa ser uma realidade. Faz muita falta aos atletas de Angolares.

Quem fala do campo de futebol de Angolares também fala do de Porto Alegre. Embora não esteja consignado no orçamento, acredito que o Governo pode, se bem entender, sacrificar uma verba, ou reduzir nos outros ministérios que está com fatia maior, para atender a esta demanda. Pelo que, em Porto Alegre, já existe um terreno, é só apenas fazer um trabalho ligeiro de terraplanagem. Assim sendo, estou convencido de que a comunidade de Porto Alegre agradecerá, bem como os atletas.

Muito obrigado, meus senhores.

Aplausos do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado. Também não deixou qualquer proposta.

Solicito mais intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino Veiga.

O Sr. **Jozino Veiga** (ADI): — Não vejo a Ministra da Juventude, mas a minha proposta concreta vai para o Instituto da Juventude, no campo do projecto onde diz: «transferência para instituições sem fins lucrativos, particular». E temos aqui Apoio Institucional ao Conselho Nacional da Juventude, a plataforma das associações juvenis que representa as organizações sem fins lucrativos, as organizações não-governamentais. A proposta é reforçar a verba para o Instituto da Juventude, porque aqui basicamente se está a repetir, temos 300 000 para o Conselho Nacional da Juventude mais 300 000 para instituições sem fins lucrativos que, de uma forma ou de outra, vão ao encontro da mesma situação. Muitas vezes, uma associação recebe do Conselho Nacional da Juventude e depois recebe do Instituto da Juventude. Então, já sabemos como é o País. Podíamos rectificar e também dar uma atenção especial à Semana Nacional da Juventude Africana. Porque nós, no mês de Novembro, temos o dia 1, que é o dia da Juventude Africana, e o dia 5, que é o dia da Juventude São-Tomense. Poderíamos reforçar a Semana Nacional da Juventude e aí teríamos a capacidade de dar resposta ao País todo, na Semana Nacional da Juventude e, quiçá, até mesmo apoiar a actividade que cada uma das organizações não-governamentais poderia organizar.

A Sra. **Presidente**: — Qual é a proposta concreta, por favor?

O Sr. **Jozino Veiga** (ADI): — É eliminar a rubrica transferência para instituições sem fins lucrativos e aumentar o apoio institucional ao Conselho Nacional da Juventude, com uma parte, e reforçar outra parte para a Semana Nacional da Juventude.

A Sra. **Presidente**: — Com que verba?

O Sr. **Jozino Veiga** (ADI): — Com a verba da transferência para instituições sem fins lucrativos.

A Sra. **Presidente**: — Qual é o valor?

O Sr. **Jozino Veiga** (ADI): — 300 000. Não faz sentido estar aqui, porque quem é representante da plataforma das associações juvenis é o Conselho Nacional da Juventude, e o Instituto da Juventude executa a política do Governo. E quando o Instituto da Juventude, por exemplo, apoia uma associação juvenil, tira aquilo que é a função do Conselho Nacional da Juventude. Então, poderíamos com uma parte reforçar mais o Conselho Nacional da Juventude, porque sabemos que a plataforma das associações

juvenis tem um trabalho árduo por todo o País e claro com a supervisão do Ministério da Juventude e Desporto. Também não vamos pegar toda verba e entregar a uma plataforma e não a seguirmos.

Então, a minha proposta é reforçar o Conselho Nacional da Juventude e com a outra metade aumentar a rubrica da Semana Nacional da Juventude.

A Sra. **Presidente**: — Mais alguma intervenção à volta do Ministério da Juventude e Desporto? A Sra. Ministra não está presente.

Tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho dos Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sra. Presidente, é só para informar que a Sra. Ministra da Juventude estava aqui connosco, mas pelo facto de a Sra. Ministra da Educação estar ausente do País, ela teve que a substituir numa actividade com o Presidente da República, relativamente ao 1.º de Junho.

Aproveito o palco para responder ao Deputado Wuando, dizendo que tudo aquilo que fizemos em termos de alteração está previsto na Orgânica do Governo.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino Veiga.

O Sr. **Jozino Veiga** (ADI): — Sra. Presidente, em vez de eliminarmos, podemos até diminuir para metade. Nesse caso, 150 000 dobras iam reforçar o Conselho Nacional da Juventude e Semana Nacional da Juventude e deixaríamos 150 000 dobras, porque de uma forma ou outra, vendo bem, o Ministério da Juventude poderia até receber uma solicitação de uma ONG qualquer que quisesse deslocar-se ou que quisesse fazer uma actividade pontual, que o Ministério da Juventude, através do Instituto da Juventude, poderia precisar da verba. Mas há toda uma necessidade de darmos uma atenção especial ao Conselho Nacional da Juventude.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Sra. Presidente, creio que há um erro de leitura do Orçamento. A página 56 de 66, se é ali onde está a ser referenciado, não existe duplicação. A actividade é 53.22 que se refere ao apoio institucional ao Conselho Nacional da Juventude. A transferência para instituições sem fins lucrativos é a rubrica natureza económica da despesa, onde está colocada a dotação. Portanto, não há duplicação de 300 000 dobras. É apenas uma vez. E são 300 000 dobras destinadas ao Conselho Nacional da Juventude.

Por outro lado, a intervenção do Deputado do MCI/PS-PUN, relativamente ao campo de Caué, registamos o apelo e vamos fazer o possível para que desta vez possamos de facto construir o campo.

A Sra. **Presidente**: — Feito o esclarecimento, o Sr. Deputado Jozino sente-se ultrapassado? Ok!

Estamos a discutir o orçamento do Ministério da Juventude e Desporto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aleksander Lima.

O Sr. **Aleksander Lima** (ADI): — Sra. Presidente, Caras e Caros Deputados, Srs. Membros do Governo, Caros Técnicos, bom dia.

Relativamente ao Ministério da Juventude e Desporto, só gostaria de apelar à Sra. Ministra da Juventude que desse mais atenção à Ilha do Príncipe. Como já na primeira vez estava aqui citado, tive a oportunidade de ler este orçamento e ter um bom contacto com o mesmo e vi aqui alguns apoios, mas todos estão direccionados a São Tomé. Não vi nada relacionado com a Ilha do Príncipe. Estou aqui a ler e tenho isso aberto, não há nada para o Príncipe.

Tive a oportunidade também, relativamente a judo, karatê, taekwondo, futebol e tudo isso, eu vi que há apoios para karatê e taekwondo. Também não está lá judo, e a Federação está sedeadada agora na Ilha do Príncipe. Assim, gostaria de apelar ao Governo e também à Ministra para tentar posteriormente, porque este Orçamento já está no fim, temos cerca de 6 meses e podemos ter um outro orçamento, 2024, onde se poderá tentar incluir a Região Autónoma do Príncipe.

Acreditamos que com essas verbas que estão alocadas para algumas instituições aqui em São Tomé, caso precisemos, vão ter que tentar apoiar a Ilha do Príncipe com algumas delas. Nós apelamos mais uma vez à Ministra.

Relativamente à Ministra da Justiça, isso já passou, mas gostaria também de deixar um apelo, porque vimos aqui que foi incluído no orçamento a construção do edifício da Polícia, o que é de parabenizar. Porque em São Tomé e Príncipe temos preferência para o turismo. E turismo para mim está centralizado na Ilha do Príncipe. Já temos uma política de saneamento de meio e precisamos ter, na realidade, defesa e segurança, para que os turistas, quando vêm a São Tomé sintam-se à vontade e confortados.

É de parabenizar esta iniciativa, mas também estar sempre com os olhos virados para a Ilha do Príncipe, com a questão de alimentos e não só.

Para mim é tudo por agora e muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Aleksander. Fez algumas constatações, mas também não apresentou qualquer proposta.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — De facto às vezes ficamos com algumas dificuldades em fazer proposta de alocação das verbas, tendo em conta a necessidade que temos face à disponibilidade. Compreendemos, por isso confesso, porque pessoalmente estou com alguma dificuldade em fazer o exercício de dar uma outra roupagem. Quer dizer que vamos tentar, nesses 6 meses, fazer omeletes com os ovos que temos e, no entanto, há uma preocupação que acho que é subjacente a todos nós, que tem a ver com a questão da nossa juventude e das nossas crianças. Hoje as crianças estão muito inclinadas para as redes sociais, para o *facebook* e há uma necessidade de promover a ocupação de tempos livres. E vimos aqui uma proposta de 300 000 dobras para o apoio ao desporto escolar, sendo que nós devemos tudo fazer para que pelo menos a população estudantil tenha mais ocupação de tempos livres. Devíamos dar mais atenção ao desporto escolar.

E na proposta de orçamento temos aqui na página 58 de 66 uma proposta de obras de reabilitação das instalações. E depois vem no projecto com fundo de Japão, creio eu, não sei, mas isso depois vemos. A minha proposta é de, nesses 6 meses, é verdade que não vamos requalificar, não sei qual é a intenção da Ministra, não está cá presente, todos os polos desportivos, o valor que está disponível para a requalificação dos polos desportivos não é suficiente, e temos consciência disso. A minha opinião é fazer nem que fosse uma coisa apenas bem feita, em vez de fazermos seis, assim, assim. Eu prefiro que façamos uma ou duas bem feitas e aquelas que não conseguirmos fazer este ano, reportamos para o ano seguinte.

Daí que a minha proposta é de subtrair o valor de 500 000 dobras para a obra de requalificação das instalações e reforçarmos o apoio ao desporto escolar. Sairia de 300 000 para 800 000.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Assembleia Nacional, bom dia.

Eu faço parte da 5.^a Comissão e tivemos o privilégio, não sei se algum colega da 5.^a Comissão está cá, vejo Adllander, de fazer um processo de auscultação e recebemos o Comité Paraolímpico.

Sra. Presidente, vejo aqui uma verba alocada ao Comité Paraolímpico, de 200 000 dobras. Sobre o encontro que tivemos e o *feedback* que recebemos deste Comité, por uma questão de inclusão e de justiça social, também sugiro que, como estamos a constatar aqui no orçamento do Ministério da Juventude, não conseguimos manter muitas infra-estruturas desportivas. A manutenção agora é um verdadeiro problema. Portanto, sou de opinião que os nossos Atletas Paraolímpicos têm muitas potencialidades. Assim, sugiro que, pelo menos neste primeiro ano, tenhamos a capacidade de reforçar esta verba.

O que nos foi dito, pelos senhores representantes desse Comité, é que estão numa preparação e é preciso fazer a inscrição e a deslocação desses atletas. E a deslocação de um Atleta Paraolímpico, pelas suas necessidades especiais, fica um pouco mais cara. Portanto, sugiro que, por uma questão de justiça social, não avancemos algumas obras e que haja alguma capacidade para reforçarmos a verba alocada ao Comité Paraolímpico.

É a minha opinião.

Uma outra questão, Sra. Presidente, de facto seria muito importante se estivesse cá a Sra. Ministra da Juventude. Não temos muito contacto detalhado com os orçamentos das Câmaras. O que é que tem acontecido nos últimos tempos? Com muito esforço, as Câmaras, o Poder Local, tem feito alguns investimentos em relação a algumas infra-estruturas desportivas e eu vou dar o exemplo de duas infra-estruturas. Refiro-me ao Polo Desportivo de Generosa, do Distrito de Lembá, e o Polo Desportivo, em construção, também no Distrito de Lembá, mais concretamente em Diogo Vaz.

Quero referir-me também aos Polos Desportivos do Riboque da Cidade Capital e de Generosa, que já estão operacionais, mas nós constatamos que precisam de alguma manutenção. Portanto, seria bom que o Ministério desse alguma atenção a esses polos desportivos que eu acabei de mencionar.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Pedro Carvalho.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, Vice-Presidente.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Eu fui analisar a minha proposta, de facto temos que dar uma atenção ao desporto escolar e à ocupação do tempo livre das crianças, mas fui ver que a proposta que eu fiz não poderá ser exequível, tendo em conta que há verbas de despesas e outras de capital. Portanto, a minha proposta é verba de capital, por isso, não sendo possível, retiro-a.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Vice-Presidente, que retirou a sua proposta.

Temos agora a proposta do Sr. Deputado Pedro Carvalho, que é aumentar a verba para apoio ao Comité Paraolímpico, mas não disse de onde é que sai essa verba para esse apoio institucional. Temos aqui 200 000, mas não disse donde é que tiraríamos outros tantos para acrescentar.

Enquanto o Sr. Deputado Pedro Carvalho analisa a sua proposta, eu solicito ao Governo se quer fazer alguma intervenção. Sr. Ministro? Não?

Enquanto isso, vamos deixar a proposta do Sr. Deputado Pedro Carvalho em análise.

Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Pereira.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros presentes, toda a população de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Eu só queria aqui dar um contributo à Ministra da Juventude e Desporto, nas alocações de verbas para a construção de um novo polo desportivo, um pavilhão e também verbas que são alocadas para o apoio ao desporto escolar.

Na Região Autónoma do Príncipe, não há nenhum pavilhão coberto, não há nenhum polo desportivo coberto, para a prática do desporto.

Sabe que a Região Autónoma do Príncipe é uma região que chove bastante e os alunos não conseguem fazer o desporto escolar na altura da chuva. Os professores têm que dar aulas na rua. Se forem visitar o Príncipe, as aulas de educação física são feitas na rua.

Eu queria apelar à Sra. Ministra que alocasse uma verba para acobertar o nosso polo desportivo, de forma a facilitar a prática do desporto escolar, e também de outras modalidades que exigem um espaço coberto.

Era só isso.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Messias.

Também não fez qualquer proposta directa, mas sugeriu.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Está alocado 1.5 milhões para a construção de um polo desportivo, penso que poderia ser parte desta verba.

Está no orçamento 1.5 milhões para a construção de um ginásio para caratê. Penso eu que está no orçamento.

A Sra. **Presidente**: — Então, Sr. Deputado, está a sugerir que se aloque esta verba para a construção de um polo desportivo?

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Na Região Autónoma do Príncipe.

A Sra. **Presidente**: — Não? Para quê? Alocar essa verba para...

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — A Região Autónoma do Príncipe.

A Sra. **Presidente**: — Para quê? Para acobertar o que já existe?

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Se não for suficiente para construir um pavilhão desportivo, ao menos acobertar o polo desportivo existente.

A Sra. **Presidente**: — Está bem, obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Sra. Presidente, muito obrigado, eu vou lançar já uma proposta directa.

Eu vou sugerir que se tire pelo menos 100 000 dobras, tanto das obras de requalificação do edifício do Ministério da Juventude e Desporto, como 100 000 dobras do funcionamento do REINA, incubadora. Portanto, tirando 100 000 dobras de um e de outro, iria fazer pelo menos 400 000 dobras, para o Comité Paraolímpico.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Temos agora duas propostas.

A proposta do Sr. Deputado Pedro Carvalho é fazer alocação de 100 mais 100 000 dobras das requalificações, para apoiar o Comité Paraolímpico, fazendo assim 400 000 dobras.

A proposta do Sr. Deputado Messias é de 1.5 milhões para a construção de um polo desportivo, fazer a sua alocação para a cobertura de um polo desportivo já existente.

Temos essas duas propostas. Antes de as submeter à votação, solicito ao Governo se querará fazer algum esclarecimento.

Não querendo o Governo fazer esclarecimentos, também não há pedido de esclarecimento ao Governo, então vamos submeter...

Tem a palavra o Sr. Deputado Aberto da Trindade Luís.

O Sr. **Alberto Luís** (ADI): — Sra. Presidente, Caros Colegas Deputados, Membros do Governo, Técnicos da Comunicação Social e da Casa Parlamentar, São Tomé e Príncipe, bom dia.

Faço uso da palavra à semelhança dos outros Deputados que me antecederam, relativamente à questão do polo desportivo.

Tivemos, nos meses atrás, a visita da Sra. Ministra da Juventude e Desporto, que esteve também a visitar o polo desportivo de Angolares. E desta visita ficou prometido de que haveria requalificação do piso e da bancada do polo desportivo de Angolares. Olhei para o orçamento deste Ministério, infelizmente não faz referência a esse polo desportivo de Angolares. Mas há uma rubrica que diz: «melhoria de polo desportivo, balneário, bancada e piso, e vem nacional. Eu não sei se neste nacional incluiria também Caué.

Portanto, se assim for, eu gostaria que tomasse atenção, porque na visita houve promessa à população, para honrar o compromisso feito.

É praticamente isso que eu queria abordar aqui.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Messias.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Novamente era para retirar a proposta que eu tinha feito aqui, que era construção de pavilhão de treinamento da federação de caratê que era onde estava alocado 1.5 milhões, mas aqui mais em baixo diz «melhoria de polo desportivo, balneários, bancada e piso, onde esta alocado

3.5 milhões. Aqui não está definido nada em específico, penso que daria para acobertar o nosso polo desportivo.

A Sra. **Presidente**: — Está em que página?

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Página 6.

A Sra. **Presidente**: — Seis?

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Sim, 6 e 7.

A Sra. **Presidente**: — Está bem, quer para fazer alocação de verba de 1.5 milhões?

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Não, essa de 1.5 fica. Onde diz 3.5 milhões.

A Sra. **Presidente**: — 3.5 passam a ser para cobertura dos polos desportivos já existentes. Não?

Uma voz: — Tira-se 1 milhão.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Não, não é tirar 1 milhão. É para passar para a cobertura.

A Sra. **Presidente**: — Passar toda essa verba para a cobertura. Esta é a ideia do Sr. Deputado?

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Sim, porque não dá para construir um pavilhão. Não sei se dá para construir um pavilhão. Porque ela está para melhoramento de algumas infra-estruturas.

A Sra. **Presidente**: — Esta bem, Sr. Deputado Messias.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — 1 milhão não é suficiente.
Bem, é a minha proposta.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Messias, pela proposta.

Temos essas duas propostas, a de 3.5 milhões, que se vai retirar da construção de um pavilhão, para fazer a cobertura de um polo desportivo já existente, que é a proposta do Sr. Deputado Messias, e temos a proposta do Sr. Deputado Pedro Carvalho, que é tirar 100 000 de uma requalificação e 100 000 da outra, fazendo 200 000, para acrescentar aos outros 200 000 já existentes do apoio ao Comité Para-olímpico, perfazendo assim o valor de 400 000 dobras.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Obrigado, Sra. Presidente.

Houve concretamente cerca de três preocupações fundamentais.

A proposta do Sr. Deputado Pedro Carvalho é passível de proceder, tendo em conta que se trata de acções da mesma natureza, ou seja, dentro do investimento público. Só é uma questão de realocar a rubrica para reforçar a outra, que o Sr. Deputado referiu, cuja instituição, ao fim ao cabo, bem carece.

Entretanto, relativamente às outras duas preocupações, tanto a pavimentação do polo desportivo de Caué, como a cobertura do polo desportivo da Região Autónoma do Príncipe, como o Sr. Deputado Messias refere, aquela rubrica que tem 3.5 milhões e não tem especificidade da zona. Isto está dentro do pacote das acções que o Ministério pretende realizar e é nacional. Em função do projecto em concreto que tiver mais avançado em termos de documentação, será executado em primeiro lugar.

Para dizer que está incluído aí essas preocupações todas.

O outro Deputado referiu que não viu nada para o Príncipe. Neste formato que está a apresentar, aí tem referência à localização do gasto, seja em que região onde a acção será implementada. E quando se diz nacional, quer dizer em todo o País. As acções do Ministério da Juventude e Desporto são transversais, não são de Água Grande, Mé-Zóchi ou Cantagalo. Portanto, quando se apoia o Concelho Nacional da Juventude, é nacional. Seja em Água Grande, Mé-Zóchi, Cantagalo ou na Região Autónoma do Príncipe,

quando as acções são empreendidas, cobrem toda parte do Território Nacional. Por isso é que, paralela e eventualmente, podemos encontrar as acções específicas dentro do orçamento do Governo Regional, mas aí no Orçamento Geral do Estado existem acções que são transversais, que não são regionalizáveis.

Obrigado.

A Sra. **Presidente** (ADI): — Muito obrigada, Sr. Ministro.

Não sei se, com o esclarecimento do Sr. Ministro das Finanças, os Deputados ainda mantêm as suas propostas.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Srs. Ministros e Ministras, Caros e Caras Deputadas, Técnicos, todo pessoal da Assembleia Nacional, Povo de São Tomé Príncipe, bom dia.

Sr. Ministro das Finanças, eu não percebi, quando veio falar das duas propostas feitas pelos Deputados, tanto da Região Autónoma do Príncipe, quanto do Distrito de Caué, disse que era nacional e que a verba seria encaminhada para qualquer um que apresentasse o projecto mais rápido. Eu não entendi muito bem, porque se for aquilo que eu entendi, quero aqui pedir que se tenha em conta a distância. Porque muitas vezes, quando há algum concurso público a nível de construção ou mesmo em termos de emprego, quando o cidadão do distrito mais distante chega, o espaço já está todo preenchido e muitas vezes há pessoas que se inscrevem como habitantes de um determinado distrito, quando não vivem lá e nem sabem em que lado aquele distrito fica.

Caso não for, eu gostaria que esclarecesse, porque em termos de condições, quem entrega primeiro, quem entrega mais tarde e pode perder, não percebi.

Muita obrigada Sr. Ministro.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada Sra. Deputada.

Pedimos ao Sr. Ministro que nos esclareça a questão.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Sra. Deputada, repare que aquela rubrica, aquela acção em concreto, tem maior valor dentro do orçamento. Faz parte dum levantamento que foi feito pelo Ministério, está lá identificado e há vários polos desportivos que precisam de melhoria do pavimento. Aqueles que já existem precisam de melhoria do pavimento, incluindo o polo de Caué.

A preocupação do Deputado Messias é a cobertura. O Deputado levantou a questão, mas seguramente também nem sabe quanto é que custa a cobertura. Por isso é que ele primeiro falou de 1.5 milhões e depois queria todos os 3.5 milhões. Ele nem tem a noção de quanto é que custa. Então, em função disso, na elaboração dos cadernos de encargo, a melhoria do pavimento é uma operação mais prática que não requer grandes estudos. Seguramente, esse processo de melhoria de pavimentos avançará mais rápido do que o de coberturas. Repare no vão da cobertura, é mais complexo identificar o tipo de material a aplicar. E nós temos também o horizonte da execução. Por ventura não será executado todo este ano. Por isso que eu referi que o projecto que chegar primeiro será avançado.

Não sei se ficou satisfeita com a explicação.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Chegar primeiro não tem a ver com a distância?

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Não, não, não tem nada a ver. Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada Sra. Deputada.

Obrigada Sr. Ministro pelo esclarecimento.

Sr. Deputado Messias, mantém, retira ou melhora a sua proposta?

Tem a palavra o Sr. Deputado Messias Pereira.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Como disse o Ministro, nós não temos bases para sustentar o valor exacto da cobertura, mas ficaríamos bastante satisfeitos se pelo menos fosse identificado ou alocado parte dessa verba, para dar início pelo menos aos estudos para a cobertura do nosso polo desportivo.

A Sra. **Presidente**: — 3.5 milhões.

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Sim, uma parte, pelo menos.

A Sra. **Presidente**: — Qual é essa parte?

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Pelo menos 1 milhão.

A Sra. **Presidente**: — Ok, obrigada Sr. Deputado.

Tirarmos 1 milhão dos 3.5 milhões, para serem afectos à cobertura do polo desportivo. É a sua proposta. Muito obrigada.

Sr. Deputado Pedro Carvalho a proposta de tirarmos 200 000 e acrescentarmos no apoio Paraolímpico, ficando com 400 000, está de pé?

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Sim, sim.

A Sra. **Presidente**: — Muito bem, então vamos submeter a proposta de acréscimo de 200 000 dobras ao valor do Comité Paraolímpico à votação.

Submetido à votação, foi aprovada com 34 votos a favor, sendo 29 do ADI, 5 do MCI/PS-PUN e 18 abstenções, sendo 16 do MLSTP/PSD e 2 do Movimento BASTA.

Está aprovada a proposta do Sr. Deputado Pedro Carvalho.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Ministra da Juventude, Desporto e Empreendedorismo, que já se encontra na Sala.

A Sra. **Ministra da Juventude e Desporto** (Eurídice Medeiros): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional que nos acompanham, todos que nos acompanham, dentro e fora do País, bom dia.

Tive que me ausentar por causa de uma actividade e o Sr. Ministro das Finanças teve que assumir a discussão do orçamento do Ministério da Juventude e Desporto.

Queremos agradecer as contribuições, mas dizer que quanto à verba que temos que refere ao melhoramento do piso do polo desportivo, queremos deixar como está, porque ainda não se fez um estudo sobre a cobertura do polo desportivo da Região Autónoma do Príncipe, para se saber o custo que terá. E estamos aqui a discutir um orçamento para 6 meses, e para se fazer o levantamento e o estudo leva algum tempo.

Por isso, não podemos avançar ainda dizendo que vamos alocar X para a cobertura do polo desportivo da Região Autónoma do Príncipe.

Era este pequeno esclarecimento que queríamos fazer.

Dizer que agradecemos as contribuições para o Ministério da Juventude e Desporto e estamos a fazer um trabalho para melhorar realmente as infra-estruturas desportivas do País, porque são muitas que estão degradadas.

O polo desportivo da Região Autónoma do Príncipe, por acaso, não está tão degradado, até parabenizamos o pessoal da gestão da Infra-estrutura, mas tem a questão da chuva, poderia ser coberta. Mas esta é uma questão que vamos ver pouco a pouco, depois de fazer o levantamento, para sabermos quanto custará realmente a cobertura do polo do Príncipe.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado Messias, mantém a sua proposta ou retira?

O Sr. **Messias Pereira** (ADI): — Retiro.

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Deputado Messias retirou a sua proposta, após o esclarecimento da Sra. Ministra da Juventude e Desporto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Sra. Presidente, apenas uma sugestão. Tem e não tem a ver com aquilo que discutimos, mas é uma preocupação, e ainda bem que está aqui o Sr. Ministro das Finanças também, para nos ajudar.

Estas reuniões plenárias, normalmente, levam muito tempo, e tem que ser assim, principalmente quando se avoca ao Plenário a discussão na especialidade.

Há Deputados que, pela latitude e longitude residencial, têm que acordar muito cedo e tendo em conta o tipo de trabalho que fazemos, quando é OGE e não só, outras discussões também, principalmente nos dias que também há muitos assuntos na ordem do dia, pede-se ao Plenário, faltando um ou dois pontos, para esticar até às 14 horas e 30 minutos. Mas há pessoas, Sra. Presidente, que podem ter problemas de saúde. Daí a minha sugestão, não é já para amanhã, pelo menos para os próximos orçamentos, daqui a 6 meses possivelmente poderemos ter o próximo Orçamento, e não só, quando é um dia mesmo de trabalho parlamentar normal com muitos pontos na ordem do dia, para que pelo menos tenhamos um café, um chá, uma bolacha, um biscoito, sem interromper os trabalhos, para as pessoas poderem levantar ir comer um biscoito, meter algo no estômago, porque há pessoas que pode ter diabetes e tem que comer qualquer coisa.

Sabemos, Sr. Ministro das Finanças, que todas as verbas orçamentadas da Assembleia não vêm para a Assembleia, sabemos, porque é a dificuldade do País, mas quando os Serviços de Administração fizerem um pedido para este caso em concreto, caso não haja verbas, que pelo menos disponibilizem alguma coisa, para termos chá, café, biscoito, bolacha água e sal, qualquer coisa.

É esta a minha sugestão, Sra. Presidente, principalmente quando é um dia de trabalho muito longo.

Aplausos.

A Sra. **Presidente**: — Subscrevemos na íntegra a sua preocupação, tomamos boa nota, esperamos que o Governo tenha tomado também, porque realmente estar aqui a trabalhar muitas horas sem fazermos um lanche, e sem a necessidade real de estar a interromper, faz falta.

Para dizer que a Mesa nunca sugeriu esticar. Solicita um horário de interrupção, de intervalo, de suspensão dos trabalhos, que normalmente é feito às 13 horas, e o Plenário é que decide, tendo em conta os pontos que ainda faltarem. Se pudermos esticar um pouco mais ou não, o Plenário é soberano, assim decide.

Mas a sua preocupação de termos aqui ao pé um lanchezinho, uma aguazinha, um café, um chá, faz todo o sentido. A Mesa toma boa nota e agradece pela preocupação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Já que está cá a Sra. Ministra da Juventude e Desporto, tenho uma pergunta a fazer.

Sra. Ministra, vimos nos últimos tempos, eu pelo menos vi, uma peça no telejornal que parece que o Ministério vai fazer a cedência da infra-estrutura do Estádio Nacional 12 de Julho à Federação Santomense de Futebol. Como todos sabemos, no Estádio temos a única pista de tartã do nosso país. O que quero saber é em que moldes essa cedência irá concretizar-se e se estão a acautelar, durante esse processo de requalificação, que há atletas, também os atletas Paraolímpicos, como os do Comité Olímpico, e também pessoas que vão diariamente fazer as suas marchas no Estádio. E se inclui também o Centro de Estágio, que também pertence ao Ministério.

A minha dúvida em que moldes essa cedência será feita.

A Sra. **Presidente**: — A pergunta foi directa e é directamente à Sra. Ministra da Juventude e Desporto.

Tem a palavra a Sra. Ministra, para o esclarecimento.

A Sra. **Ministra da Juventude e Desporto**: — Fizemos uma visita às instalações da Federação Santomense de Futebol e foi um dos assuntos que falamos com o presidente, sobre o estado em que se encontra o Estádio Nacional 12 de Julho. Foi uma visita para conhecer os trabalhos da Federação, como

andava o campeonato, aproveitamos e falamos deste assunto. Não dissemos que já há uma proposta de cedência, mas falamos deste assunto, porque realmente é a principal infra-estrutura desportiva que temos no País. Não é só o futebol que se pratica naquele espaço, mas o atletismo e tem a única pista de tartã que temos no País, algo que nos custou bastante e que conseguimos, e realmente é uma questão bastante pertinente.

Falamos no sentido de o Ministério da Juventude e Desporto mais a Federação sentarmos para vermos como iremos conduzir este processo, porque realmente essa infra-estrutura está bastante degradada. Se a Federação Santomense de Futebol consegue canalizar recurso para requalificar essa infra-estrutura para nós, seria bastante bom. Não seria apenas para uso da Federação Santomense de Futebol, porque a infra-estrutura é do Estado, é do País, é de todos, e temos a Federação de Atletismo, como dissemos.

Vamos sentar, analisar e acautelar que também há outras modalidades que se pratica naquele mesmo espaço. Tudo isso tem que ser bem analisado, para não pôr em causa nenhuma federação, nem as pessoas que fazem uso do espaço.

Realmente acreditamos que precisamos fazer alguma coisa com o Estádio Nacional 12 de Julho, porque a forma como está degradado e o Estado não tem recursos para o requalificar, se a Federação Santomense de Futebol consegue encontrar esse recurso, por que não? Requalificar o Estádio e dar melhores condições de treino aos nossos atletas, e é isso que vamos fazer. Sentar o Ministério da Juventude e Desporto e a Federação, para analisar a melhor forma de conduzir este processo, para o bem da Nação e para o bem de São Tomé e Príncipe.

A Sra. **Presidente**: — A Sra. Ministra alertou-nos que é Ministério da Juventude e Desporto, e não da Juventude, Desporto e Empreendedorismo. Portanto, o Ministério é da Juventude e Desporto, correcção feita, Sra. Ministra, as nossas desculpas.

Não havendo mais intervenções para o Ministério da Juventude e Desporto, vamos passar para o Ministério dos Direitos da Mulher.

Submeto à discussão na especialidade o orçamento afecto ao Ministério dos Direitos da Mulher.

Sem nenhuma alocação, nenhum acréscimo, podemos ultrapassar?

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Tomo a palavra para fazer intervenção sobre este Ministério.

Primeiramente, gostaria de agradecer o Governo por poder dar uma atenção especial, mesmo pequenina que fosse, porque sabemos que temos que começar com pouco. E é por esse pouco que venho felicitar, pela proposta feita nas GOP e também no OGE, a atenção que teve com este Ministério. Sabemos o quão difícil é. Quando o assunto é mulher, muita gente sente-se incomodada e se esquece que são as mulheres que fazem com que o mundo hoje é o que é, porque são elas que deram à luz os excelentes homens e as excelentes mulheres. Às vezes, muitos se esquecem.

Gostaria que neste Ministério poderíamos contar com a participação não só das Sras. Deputadas, mas também dos Srs. Deputados, para melhorar o que o Governo pôs aqui, para que seja mais prático, porque muitas vezes, estando no papel, pensamos que as coisas serão feitas.

O apelo que faço aqui aos Ministros todos é que ajudem as Sras. Ministras a trabalharem, porque foi isso que Deus fez na criação do homem. O homem sentia-se só e depois,...

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Eu nunca me senti só.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — ... então, que tenha um companheiro ao seu lado, em vez de companheira, porque está na moda. Mesmo não se sentindo só, pode não ser com a mulher, mas com uma mulher que é a própria sua mãe.

Então, o apelo que faço é que ajudem, sejam solidários, porque muitas vezes acham que as mulheres estão a tirar lugar aos homens. Não estamos aqui para tirar lugar a ninguém, estamos aqui para ajudarmos. Os homens também estão aqui para ajudar as mulheres, para que este mundo seja na realidade um mundo melhor.

Sra. Ministra dos Direitos da Mulher, no que toca ao orçamento sensível ao género, pude analisar atentamente nas GOP,...

A Sra. **Presidente**: — Não sei se,...

Uma voz: — O tempo que está a contar não é dela.

A Sra. **Presidente:** — Ah, não é da Sra. Deputada?

Era só para pedir mais tempo a quem tivesse, mas se o tempo que estava a contar não é da Sra. Deputada, não sei. Qual é o tempo do MCI/PS-PUN?

Mas estava a contar o tempo de que bancada?

A Sra. **Secretária:** — Do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente:** — Mas a Assembleia que tem a melhor visão, estava-se a tirar o tempo de que bancada?

Vozes: — Do BASTA.

A Sra. **Presidente:** — Tiramos quanto tempo ao BASTA?

Ok, vai-se atribuir 3 minutos depois ao BASTA.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Como vinha dizendo, no que toca ao orçamento sensível ao género, vi o exercício que fizeram para que o OGE e as GOP ficassem encaixados, gostaria de dizer que os marcos que foram estabelecidos a nível do trabalho feito com o PNUD é um processo lento. Sendo um processo lento, sabemos que a cada dia que passa vai havendo melhorias. Havendo melhorias, gostaria que para o próximo orçamento saíssemos dessa percentagem de 1 para 5% e até o final desta Legislatura, ou seja, deste mandato 2022 – 2026, que o orçamento sensível ao género seja na realidade equitativo.

Felicito mais uma vez o trabalho feito por este Ministério e que continue. Caso precise de algum apoio, de alguma ratificação, pode contar connosco.

Aplausos do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Itelmiza Pires.

A Sra. **Itelmiza Pires** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Deputados, Srs. Técnicos da Assembleia Nacional, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Com relação ao Ministério dos Direitos da Mulher, o que me chamou atenção no OGE é a «formação e capacitação das mulheres mais vulneráveis em matéria de gestão de pequenos negócios». Quero chamar a atenção da Sra. Ministra, para que se faça uma boa gestão e pesquisa das mulheres que na realidade precisam, para que possam ser inseridas no projecto. Sabemos que as nossas mulheres hoje em dia são mães e pais também. Muitas delas precisam desses pequenos negócios, para sustentarem os seus filhos. Então, gostaria que a Sra. Ministra, mais a sua equipa de trabalho, fizessem uma fiscalização no terreno, como deve ser, de modo que as mães que na realidade precisam sejam beneficiadas.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Sra. Ministra, tenho uma questão. Vejo no seu orçamento uma rubrica e queria perceber o que significa «mecanismo de implementação de estratégia de género». Depois de perceber isso, vou sugerir que de facto tenhamos a capacidade de reforçar uma verba para apoio às ONG, em particular a uma ONG que nos últimos tempos tem cuidado das crianças, nomeadamente, os chamados meninos que estão na rua.

Por isso, queria primeiro um esclarecimento, para perceber o que significa mecanismo de implementação de estratégia de género.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Ministra dos Direitos da Mulher.

A Sra. **Ministra dos Direitos da Mulher** (Maria Milagre): — Sra. Presidente da Assembleia, Caras e Caros Deputados, Técnicos da Assembleia e da Comunicação Social, e Povo de São Tomé, dentro e fora do País, especialmente da Região Autónoma do Príncipe, bom dia.

Respondendo à questão do Sr. Deputado, este mecanismo foi criado, como sabe, o Ministério é novo, ainda está na sua organização, criação de estratégias, para podermos afunilar as estratégias, os mecanismos e não só, no seu todo, para o melhor funcionamento e para responder às necessidades da nossa sociedade, principalmente criança, mulher e família.

Ainda não foi implementado, estamos a tratar do assunto para melhor responder à sociedade.

A Sra. **Presidente**: — Já não há qualquer intervenção.

Podemos então dar como discutido o orçamento do Ministério dos Direitos da Mulher?

Assim sendo, porque ainda temos tempo, são agora 11 horas e 53 minutos, para continuarmos a discutir. Vem a seguir o Ministério da Educação, Cultura e Ciência, que podíamos introduzir para discussão, e vemos até onde podemos chegar, e às 13 horas encerraríamos os trabalhos de hoje.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Eu fiquei com dúvidas, mas parece que nós votamos isso ontem. Fiquei com a sensação de que já foi votado. Logo, já se decidiu, está agendado e assim vamos continuar.

A Sra. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado. É pacífico e é isso mesmo. Só estive a fazer referência que o programa para hoje já terminou, a primeira parte agendada inicialmente para hoje. Mas com a introdução da proposta do Sr. Deputado e Vice-Presidente que aprovamos, vamos seguir introduzindo agora para discussão o Ministério da Educação, Cultura e Ciência.

A Ministra da Educação não se encontra no País, mas estão cá os Ministros dos Assuntos Parlamentares e das Finanças, que vão ajudar a esclarecer alguns aspectos ligados ao Ministério da Educação.

Assim sendo, está aberta a discussão do orçamento do Ministério da Educação, Cultura e Ciência.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, eu tomo a palavra para aqui dizer que pude acompanhar atentamente o que está orçamentado e não sei se é por estar com letras muito pequeninas no orçamento, mas não vi o pagamento de bolsa de estudo aos estudantes das universidades, tanto a pública como as privadas. E é do meu conhecimento que o Governo ainda deve às universidades metade do valor de 2021 e de todo o ano lectivo 2022. E não sei se corresponde à verdade, é uma preocupação. Assim, gostaria de saber, porque não vi. Se alguém souber onde está, me diga.

Outro assunto que me traz aqui é a degradação de algumas escolas, não falo só do Distrito de Caué, porque Cantagalo tem problema, Lembá e todos outros, mas houve construções e reabilitações em algumas escolas e salas de aulas para alguns distritos. Engraçado é que para o Distrito de Caué começou-se um projecto nessa ideia de melhorar casas de banho para as crianças, no Jardim de Infância de Angolares, e esse projecto está lá até hoje sem término. Tanto as crianças como as pessoas que trabalham naquele sector correm risco, porque sabemos que, depois da campanha eleitoral, o dono da obra e os trabalhadores que saíram do Distrito de Água Grande para fazerem aquele trabalho deixaram as coisas lá atiradas à sua sorte. A obra não terminou e não vejo a sua conclusão.

Eu falo do Jardim de Angolares e não só. Aquele jardim foi construído desde o ano 2003, salvo erro, e de lá para cá o Ministério ainda não fez um inquérito para saber quantas crianças frequentaram e ainda frequentam o Jardim. Então, há necessidade de as crianças não estarem fora do ensino, a delegação do Distrito, na altura, falou com o responsável da Paróquia Santa Cruz de Angolares, para ceder algumas salas de catequese, para as crianças estarem lá a aprender. Há muitos anos que a Paróquia tem emprestado a sala não só para o Jardim-de-infância, mas também para próprio Ensino Secundário. Mesmo ao nível da Escola Primária, temos espaços que foram adoptados e, quando chove, os professores mandam os alunos para casa, porque aquilo se torna um autêntico rio. E procurei aqui no Orçamento Geral do Estado melhoria, porque o próprio Presidente da República, há 2 meses, visitou o Distrito e tomou conhecimento do que é a situação da educação ao nível de Distrito de Caué. O que me espanta é que nenhuma melhoria ao nível do Orçamento foi aqui feita.

A escola de Angra Toldo Praia é uma escola onde habita *fanaliches*. É uma escola que nem energia eléctrica tem e sabemos que há época que no Distrito, mesmo sendo dia, parece noite e tanto os alunos como os professores são obrigados a se esforçar para poderem enxergar aquilo que está no quadro ou no caderno.

A escola de Ribeira Peixe foi construída desde a era colonial e até agora só estamos no *amôlê pedaço*, os cabo-verdianos dizem, *tchapa tchapa*. Sabemos que quando se *chapa* coisas novas num tecido velho, o buraco fica maior, ou seja, o problema é maior.

É de dizer com tristeza que ao longo destes anos, ao nível da educação, a infra-estrutura educacional encontra-se em situação de tristeza, porque aquilo que está lá não é humano. Na cidade há alternativas. Ou seja, em Água Grande e outros distritos há alternativa, há a Escola Portuguesa e outras escolas particulares, onde os filhos de alguns têm a oportunidade de estudar. Em Caué é com aquilo mesmo que temos que nos contentar. E o apelo que me traz aqui, Sra. Ministra que não está, mas Sr. Ministro das Finanças, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, convido-vos pessoalmente para irem ao Distrito ver como anda as nossas infra-estruturas escolares e outras infra-estruturas que são do Estado. Vão lá. Porque indo lá, e eu aconselho-vos a irem na semana de chuva, porque quando vão lá com sol pensam que tudo está bonito.

E só para fazer lembrar que, no ano passado, o armazém do Jardim de Infância de Angolares, onde se conserva os produtos que recebem do PAM, choveu durante a noite e todos os produtos molharam.

Então, são essas preocupações que trago ao nível do Ministério da Educação, para vermos o que na realidade se precisa e aquilo que podemos fazer, para que todos tenhamos uma educação de igualdade e em igual termo.

São estas as minhas preocupações e caso falte outros assuntos, os meus colegas poderão acrescentar.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada, pela intervenção. Não houve uma proposta de alocação, de alteração.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Eu não fiz proposta de alocação de verba, porque sei que cada ministério tem os seus problemas, mas dependendo do próprio Ministério das Finanças, ver onde não está a precisar muito, porque é o senhor que está com chave da burra na mão e sabe quanto é que tem e onde tem.

Risos gerais.

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Ministro, portador da chave mágica, quer fazer alguma intervenção à volta da preocupação da Sra. Deputada?

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Obrigado. Quando eu souber, voltarei aqui para explicar.

Murmúrios e risos do MLSTP/PSD.

A Sra. Deputada Beatriz Azevedo referiu-se à questão relativa à bolsa de estudo. É para informar que a bolsa de estudo está na página 35 de 66, duas rubricas, sendo actividade 38.40 e 38.41. No geral, a página 35 de 66.

Relativamente à preocupação levantada, em termos de infra-estruturas escolares, como referiu e bem, é uma preocupação que não é apenas do Distrito de Caué, mas de todo o País. De facto o Governo deslocou-se ao Distrito de Caué e verificou o estado em que essas infra-estruturas se encontram, razão pela qual, perante o imperativo da insuficiência de recurso e o horizonte temporal, considerou, na proposta que estamos aqui a discutir, acções no sentido de atender a estas preocupações. Na página 32 de 66, temos o projecto 38.33, que se refere a construção e reabilitação de infra-estruturas escolares. De âmbito nacional, será atendida aquelas infra-estruturas mais críticas actualmente.

Relativamente à questão das casas de banho, o recurso está alocado no Ministério das Infra-estruturas. Temos lá o projecto 65.10 que se refere a melhoria dos indicadores de água e saneamento, através do qual se vai intervir em todas as casas de banho das escolas e também ao nível dos postos de saúde. Esta acção

faz parte de uma estratégia que o Governo tem juntamente com a União Europeia, que visa resolver o problema de água e saneamento e a sua implicação sobretudo na higiene e saúde da população.

Referiu-se a Angra Toldo. Na página 32.66, tem a construção de Jardim-de-infância de Angra Toldo e também para atender a outras escolas que referiu tem na página 30.66 o projecto 66.15, que se refere a escolas comunitárias. Através desse projecto, far-se-á intervenção em várias escolas que o Governo identificou no âmbito da deslocação que fez ao terreno, para introduzir melhorias ao nível de infra-estruturas, para garantir melhor segurança e qualidade para os alunos.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Policarpo Freitas.

O Sr. **Policarpo Freitas** (BASTA): — Sra. Presidente, Caros Deputados, todos os são-tomenses, boa tarde.

Sra. Presidente e Sr. Ministro das Finanças, trago para aqui algumas preocupações do Movimento BASTA no Distrito de Lobata. Vou falar de jardim-de-infância. Conde, que é a primeira vila do Distrito de Lobata, antes de Guadalupe. Há muitos anos é a preocupação dos vila-condenses, minha pessoalmente e do Movimento BASTA o facto de até hoje não termos um jardim-de-infância. Não está nas Grandes Opções do Plano. Se estiver, que me possa explicar. Portanto, sei que o tempo é pouco, é um orçamento para 6 meses, então, se pudesse anotar para o Orçamento de 2024, que esteja inscrito, para que se possa ter um jardim-de-infância. Porque é a primeira vila do Distrito de Lobata, a segunda é Micoló e Changra é a terceira vila. Mas está Changra, é um passo.

Também quero dizer que em Plancas I há uma creche e os alunos estão ali de baixo da casa colonial. Eu sei que o governo anterior iniciou uma obra em Plancas II, mas não terminou. Há uma solução, tirar essas crianças em Plancas I para Plancas II, porque ali há crianças de Plancas I, Plancas II e Praia das Conchas. Então, acho que é uma preocupação. Ver o que é que pode ser feito para terminar essa obra de Plancas II, de forma a tirar as crianças que estão de baixo daquela casa, o que é perigoso e preocupante.

Também quero falar da creche em Laranjeira, que também não está em condições.

A outra preocupação também em Conde, é sobre a escola secundária. Está-se a construir mais salas de aulas, mas não vejo inscrito no Orçamento Geral do Estado.

Uma voz do ADI: — Você não viu? Está.

O Sr. **Policarpo Freitas** (BASTA): — Está? Então eu peço desculpas.

Entretanto, é isso que eu queria avançar neste campo da Educação e espero que no próximo orçamento se possa dar uma atenção a este assunto. O tempo é pouco, só são 6 meses, então espero que a próxima possa estar inscrito.

É uma contribuição do Movimento BASTA.

Obrigado, Sr. Ministro.

A Sra. **Presidente**: — Estão registadas as preocupações do Sr. Deputado. Como o mesmo constatou, este orçamento tem o tempo de execução muito curto, mas para o próximo orçamento, se calhar, estarão asseguradas as preocupações.

Não havendo mais inscrições sobre o Ministério da Educação, fechamos e passamos a discutir o orçamento do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais.

Tem a palavra a Sra. Deputada Itelmiza Pires, para abordar questões sobre o Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais.

A Sra. **Itelmiza Pires** (ADI): — Mais uma vez, muito obrigada Sra. Presidente.

A minha preocupação aqui está relacionada com o Ministério da Saúde.

Sr. Ministro da Saúde, tirei aqui algumas notas, mas creio que precisamos de encontrar formas de trazer de volta o Exame Papanicolau para as nossas mulheres. No dia-a-dia, as nossas mulheres estão a ser atacadas por este vírus. Então, Sr. Ministro, nas conversas que tenho tido com as senhoras na rua, estão sendo diagnosticadas com cancro do colo do útero. Quando descobrem que estão com a doença, já está num estado avançado que não tem como fazer mais nada.

Portanto, gostaria de apelar ao Sr. Ministro da Saúde que tome boa nota disso, de modo a trazer de volta o Exame de Papanicolau para as nossas mulheres, para serem diagnosticadas antecipadamente, para

saber o que se passa no nosso colo do útero, porque precisamos mesmo disso, Sr. Ministro. É urgente, se faz favor.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sra. Deputada.

Uma questão lançada ao Sr. Ministro, mas é em jeito de sugestão, é um alerta.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Como disse a Sra. Deputada Itelmiza Pires, que me antecedeu, quero dizer que sobre o Ministério da Saúde, ao nível do Governo, deve haver descentralização de alguns serviços ligados à Saúde, porque se os que estão em Água Grande têm dificuldades e quando vão ser observadas a doença já está avançada, imaginemos quem tem que pagar transporte para vir até a cidade! Isso é doloroso.

A nível do Distrito quase que não há análises de especialidades. Se há, são poucas, há algumas análises que a nível da Área de Saúde de Caué não se faz, somos obrigados a vir para a cidade. Quando vimos para a cidade, é para fazer a marcação da análise e muitas vezes leva 2 a 3 meses depois para virmos fazer a análise. E para receber os resultados da análise também é outra eternidade, que temos que suportar. Fazendo as contas, quando o resultado da análise chega às mãos do médico, claro que a situação já estará agravada.

Costumo dizer que com a saúde não se brinca. Com a educação, o aluno vai à escola, reprova e próximo ano repete, mas a saúde não. Em segundos, *se descermos grotas*, é de vez.

Quanto mais pudermos fazer sobre a situação da saúde a nível de São Tomé e Príncipe, façamos.

Vi que o Governo fez um exercício a nível da Saúde, houve acréscimo em relação ao orçamento passado, mas se há que fazer algo para a Saúde em São Tomé e Príncipe, façam. Ouvi falar do hospital de referência. Caso houver financiamento para o hospital de referência, não construam mais em Água Grande. Água Grande está apertada. Levem para outro distrito, criem melhorias.

Há alguns serviços que quanto mais próximo da população puder estar, é melhor. Falo na qualidade de mulher, de mãe, de avó, porque já tenho quatro netos, graças a Deus. Vejo como algumas mães, algumas avós lutam para poderem chegar à Área de Saúde de Caué, na Cidade de Angolares.

Sr. Ministro da Saúde, os Postos de Saúde a nível dos distritos, falo do meu distrito, não funcionam. Podemos interrogar, porquê? Antes funcionava, hoje que o número da população aumentou, os postos ainda ficam inoperantes!? Se puder criar forma de pôr o mínimo possível, porque às vezes mesmo no Hospital de Angolares há carência de paracetamol. Muitas vezes, a população corre ao mercado clandestino para comprar esse medicamento, porque se vai ao Hospital, logo à primeira, o pessoal de serviço diz que não tem nada.

Outro apelo que quero fazer a nível do Ministério da Saúde, Sr. Ministro, faça investigação, porque os medicamentos entram, quando se vai fazer levantamento, onde foram os medicamentos, não se sabe. Há alguns medicamentos que não exigem tanta coisa. Às vezes interrogo-me se paracetamol deve faltar no Hospital ou num Posto de Saúde. Se alguém tiver febre?

Falando da infra-estrutura a nível da Saúde, o Sr. Ministro sabe que o Hospital de Angolares foi reabilitado há pouco tempo, mas quero aqui dizer que aquela reabilitação não valeu nada, porque o Hospital ainda continua a molhar. Os colchões, no dia em que o Presidente da República visitou o Centro Hospitalar de Angolares eu queria que as camas estivessem todas descobertas, mas como temos um hábito que quando temos visita vamos procurar o lençol mais bonito, a toalha de mesa mais bonita, seja lá o que for, para poder mostrar aos nossos visitantes que estamos bem, mas no fim das contas, não estamos bem. Por mim, aquelas camas deveriam estar descobertas, de forma que o próprio Presidente da República e os outros membros que estavam lá vissem aqueles colchões. Aqueles colchões já têm mais de 20 anos. Estão pior que pastel.

Como os problemas são tantos, falo para as outras bancadas que não estão a fazer uso do tempo.

Risos.

Quem tem não quer aproveitar, eu aproveito.

A preocupação que trago, Sras. e Srs. Deputados, não é brincadeira. Está-se a tratar de vidas. Como a vida de alguns e algumas tem valor, daquelas gentes também tem valor, porque vida não passa vida.

Por isso, Sr. Ministro da Saúde, se pudesse ver uma forma de mudar aqueles colchões, porque às vezes o paciente entra com uma doença e acaba levando outra para casa. Muitas vezes a proveniência dessas doenças pode ser daqueles colchões que estão lá naquele espaço.

A Sra. **Presidente**: — Não houve nenhuma situação pontual de pergunta para que o Sr. Ministro possa responder, a não ser que o Sr. Ministro queira tecer algumas considerações. Caso não, vamos ultrapassar. Tem a palavra o Sr. Ministro da Saúde.

O Sr. **Ministro da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais** (Célsio Junqueira): — Sra. Presidente, Srs. Deputados, Técnicos, convidados, boa tarde.

Obrigado, Sras. Deputadas Beatriz e Itelmiza pelas intervenções.

É verdade que sobre a questão da Saúde o nosso país tem muitos problemas, temos orçamento restrito e temos 6 meses para executar coisas muito prioritárias e urgentíssimas.

Foram aqui tocados temas que estamos a trabalhar, mas posso avançar algumas coisas.

Quanto à questão do Exame Papanicolau, que é uma das exigências da nossa sociedade, até porque é um meio de rastreio ao cancro do colo do útero, dizer primeiramente que iniciamos as vacinas do HPV às crianças entre os 10 e os 14 anos, é uma medida de prevenção. Com o Projecto de Saúde para Todos vai terminar de formar dois técnicos, creio que em Julho estarão cá, para dar início ao processo de exames Papanicolau.

Nessa matéria, também convém dizer que este Governo, bem, sou suspeito porque fui Director-Geral do Hospital, estamos a priorizar os cuidados primários de saúde, um maior investimento nos cuidados primários de saúde, uma rede que faça a prevenção e não foque na cura, até porque sabemos que 60%, 70% dos casos que vão ao Hospital Central Ayres de Menezes não são casos hospitalares, são casos de cuidados primários de saúde. E mais, em São Tomé e Príncipe, os nossos cuidados primários também fazem alguma coisa de cuidados secundários, temos centros de saúde com internamento.

É verdade que a Sra. Deputada Beatriz tocou na questão dos exames, da marcação e do tempo de análise, um dos maiores problemas da Saúde em São Tomé e Príncipe e em qualquer parte do mundo. O que ninguém discute é a questão de financiamento. Toda gente fala de saúde, mas não se fala de financiamento. A saúde é cara, exige dinheiro e, se um país não resolve a forma como financiar, muitos podem passar no Ministério da Saúde e continuar a falar que essa, aquela é a aposta, mas sem dinheiro não se faz.

A questão das análises. Temos tido, em São Tomé e Príncipe, a questão da ruptura dos medicamentos, dos reagentes e também a questão de manutenção dos equipamentos que fazem as análises, os equipamentos de meios de diagnóstico terapêutico. O que estamos a tentar combater é a ruptura dos medicamentos, consumíveis e reagentes e ter as manutenções em dia, para que os nossos equipamentos tenham uma maior longevidade e dêem resposta adequada, em tempo oportuno, às demandas da população e de quem escolheu São Tomé para viver.

Quanto a essa questão de marcação de análise e tempo de resposta, receber os resultados, estamos a trabalhar com parceiros, estamos a reformular o sistema de financiamento, sobretudo as receitas internas. É verdade que a recuperação de custo, que é uma receita interna que normalmente não vem no OGE, sempre teve a finalidade de fazer compras urgentes, fazer manutenção, pequenos reparos e actualmente está a ser utilizada como pagamento de salário às pessoas que não fazem parte do quadro nacional de Saúde, está a ser gasto com o combustível. E isso tem dificultado muito a gestão das Áreas de Saúde de Caué, Lembá, Cantagalo, Lobata, Mé-Zóchi, Água Grande menos, porque o Centro de Saúde de Água Grande não tem internamento, mas sobretudo aquelas áreas de Saúde mais distantes, como é o caso de Caué, que frisou bem a Sra. Deputada Beatriz.

Vamos investir no Posto de Saúde de Porto Alegre, porque na visita que fizemos ao terreno vimos que a distância entre o Centro de Saúde de Angolares e o Posto de Porto Alegre necessita que o Posto de Porto Alegre seja reforçado e, no âmbito das parcerias que estamos a fazer com os nossos parceiros, por exemplo, Projecto Saúde para Todos, e também estamos a submeter, agora no dia 30 de Maio, uma nova subvenção com o Fundo Global. Vamos pedir reforço de meios de diagnósticos, até porque as três doenças que foram eleitas nesta proposta, Malária, Tuberculose e HIV, têm equipamentos que se pode alocar.

Por exemplo, queremos que haja Raio X em Cantagalo e Lobata, para que as pessoas que saem de Caué e Lembá, em vez de virem até à Capital, possam fazer Raio X em Lobata e em Cantagalo.

Também queremos que haja uma maternidade em Cantagalo. Inscrevemos no Orçamento, até porque São Tomé e Príncipe é campeão na África Central de bons resultados na área da maternidade. Foi dito pela Directora Regional do FNUAP, que fez questão no fim do seu mandato, de visitar São Tomé e Príncipe.

Também tivemos a visita de representantes dos Governadores de Luanda e do Huambo, que estão interessados em perceber por que é que temos bons resultados na questão materno-infantil. Nesta matéria, o País como um todo não pode perder esses indicadores que são bons, mesmo com as dificuldades em termos de recursos humanos, infra-estrutura e todos os constrangimentos que temos. Esta questão está a ser trabalhada, de modo a manter e/ou melhorar o indicador, porque mesmo se não chegarmos ao nível zero, que é o melhor nível, vamos trabalhando.

Quanto à questão dos postos de saúde fechados, vamos reabri-los, porque entendemos, como já tinha dito, como vai iniciar o projecto da Marginal, o acesso ao Hospital Central vai ser mais difícil e, além disso, para o próprio hospital ter melhor eficiência na utilização dos seus recursos, tem que deixar de fazer cuidados primários e passar a fazer cuidados secundários e terciários.

Em relação à carência do paracetamol, assinamos um protocolo com um grande operador português, vamos informatizar os serviços do Fundo Nacional de Medicamentos e do maior consumidor, que é o Hospital, e também está previsto o centro de Saúde de Água Grande, que é a segunda unidade que mais consome, e com isso ver também a questão dos desvios dos medicamentos. Bem, quando a esta questão de desvio de medicamentos, sou a melhor pessoa, porque sempre acreditei e porque fui Director do Hospital. O Hospital consome muito. O paracetamol no Hospital é injectável, normalmente no Hospital usa-se produtos injectáveis e estes dificilmente se vende na rua.

Mas como há muita falta de informação em São Tomé e Príncipe, as pessoas acreditam que os vendedores de rua só vendem medicamentos desviados do Sistema Nacional de Saúde. Sabemos hoje em dia, com a eficiência das Alfândegas, que não é totalmente verdade.

Para desvio de medicamentos estamos a informatizar e vamos continuar a aplicar os programas informáticos, o *mSupplay* que foi oferecido pelo parceiro OMS e estamos a usar *Dhis2* também para questão de colheitas de dados de Saúde.

Quanto ao Hospital de Angolares que chove, visitamos, constatamos, temos dois parceiros que vão intervir, tanto o Projecto Saúde para Todos, que irá intervir na melhoria de 26 postos de saúde. Como a OMS tem previsto a intervenção em sete Centros de Saúde, com excepção do de Água Grande, a intervenção não será no Centro de Saúde de Água Grande, mas no Posto de Saúde de Água Arroz, que carece de intervenção.

Quanto à questão dos colchões, eu, enquanto Director do Hospital, tive muitos problemas. Pedi à sociedade civil e recebemos dos comerciantes libaneses 70 colchões, mas não são colchões hospitalares, são colchões normais que tivemos que forrar. Gastamos ainda dinheiro. Não sei se a oferta foi de boa intenção, mas o dinheiro que gastamos provavelmente poderíamos ter comprado lá fora e teríamos poupado na altura.

Vamos trabalhar esta questão, sobretudo quando melhorarmos as receitas. Estamos a implementar uma nova estratégia de concentrar a recuperação de custo naquilo que deve ser, que é manutenção de infra-estruturas, reposição de alguma coisa e manter o nível minimamente, *standard* mínimo garantido, para que a população, mesmo sendo de um país com muitas dificuldades financeiras, possa aceder aos serviços com mínimas condições.

E também esta questão de colchões na Psiquiatria, por exemplo, sabemos que configura uma questão de saúde pública e quando pensamos nos colchões, temos que ter uma intervenção que seja de fundo, a médio e longo prazos. Não é uma coisa que conseguimos fazer de um momento para outro.

Acredito que este OGE, sobretudo do Ministério da Saúde, Trabalho e Assuntos Sociais, é um orçamento de 6, 7 meses, e o próximo orçamento reflectirá melhor uma estratégia mais consolidada.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Muito obrigado, Sr. Ministro, pela explicação.

Sr. Ministro, em 2018, aqui nesta Casa Parlamentar, trabalhamos numa lei para a efectivação de um verdadeiro Serviço Nacional de Saúde. Não sei se os meus companheiros se lembram.

Na altura, a lei foi muito polémica, mas me lembro de que auscultamos todas as ordens, todos os sindicatos ligados ao Sector de Saúde e, na altura, toda gente emitiu os seus respectivos pareceres.

Digo isso porque uma das medidas que constava naquela lei era precisamente o financiamento para o nosso Sistema Nacional de Saúde. Ou seja, era uma das questões.

Uma outra questão também levantada na altura era para se colocar o nosso país na rota das seguradoras ligadas à Saúde. Porque hoje há muitas pessoas que vêm de férias e, por alguma infelicidade, se tiverem algum problema de saúde, são atendidas nas nossas unidades hospitalares, mas os seus seguros não são accionados aqui no nosso país.

Portanto, Sr. Ministro, acho que quando se fala de um período em que devemos fazer a contenção de meios, deveríamos rever essa lei. Lembro-me que ela foi aprovada, mas não me lembro se foi promulgada. É uma questão de voltarmos a trabalhar nela.

Um outro aspecto que constava nessa lei era a redefinição da nossa Área de Saúde. Hoje temos áreas de Saúde por distritos e lembro-me que naquela lei constava que iríamos dividir o País em três regiões e a Região Autónoma do Príncipe. Acho que aqui na Casa Parlamentar estamos disponíveis para voltarmos a trabalhar nesse instrumento legal.

Outra questão que me preocupa são as verbas que vejo aqui alocadas aos programas e às três grandes doenças que combatemos. Refiro-me ao combate ao paludismo. Começou mais uma campanha de pulverização intra-domiciliária, verdade seja dita, de algum tempo a esta parte, a taxa de cobertura, acho que é unânime, tem sido baixa. Temos que arranjar algum instrumento que possa fazer com que os nossos cidadãos tenham a coragem de abrir a porta e se sentirem à vontade. Não sei como iremos fazer isso, não sei se poderemos fazer isso através de um regulamento. Há dias estive a falar com um agente, eles estavam, salvo erro, no Distrito de Lobata, há muitas zonas em que pessoas da chamada classe média são-tomense não abrem as portas para a pulverização.

Portanto, aqui na nossa casa não sei o que poderemos fazer, não sei se poderemos obrigar as pessoas, arranjar uma lei, um instrumento legal para ver se a gente possa fazer com que mais pessoas abram as suas portas.

Hoje estamos numa sociedade em que temos que atribuir competências. Sei que está sob sua tutela também o Centro de Formação Profissional e temos também uma instituição que é o Exército. Não sei se poderíamos fazer um acordo ou um protocolo, em que muitos soldados que tivessem disponibilidade fizessem curso no Centro de Formação Profissional, nomeadamente o Curso de Higiene e Segurança no Trabalho, para manusearem esses produtos químicos e, ao fim do seu processo de recrutamento, que são 2 anos, ao menos, pudessem ter essa competência.

São essas as minhas sugestões.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Pedro Carvalho, pelas sugestões. Com as suas sugestões fechamos a discussão do orçamento do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais.

Ainda temos tempo para apreciar outro Ministério, estávamos a perspectivar fazer o intervalo às 13 horas, mas vamos ver se fazemos o intervalo e regressamos.

Uma voz: — Suspendemos.

A Sra. **Presidente**: — Suspendemos?

Então, ainda vamos a tempo de discutir o orçamento de mais um ministério, Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares está a sugerir que discutamos agora o Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, e passaríamos o de Infra-estruturas para depois. Quer dizer que vamos discutir agora o orçamento do Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.

Está aberta a inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Sra. Presidente, nós já estamos a falar ou a discutir o Ministério que em princípio seria para amanhã e eu queria saber sobre o tempo, porque eu já não tenho tempo. Porque era para ser discutido amanhã, eu queria intervir amanhã, mas hoje não tenho tempo. Eu queria saber como é que se resolve este problema. Se eu posso falar ou não, tendo em conta que era matéria para amanhã.

Então, mesmo o Governo pode conceder-me algum tempo. Posso?

Muito obrigado.

Então, eu quero inscrever-me.

A Sra. **Presidente**: — O Sr. Ministro ia dizer alguma coisa?
É concedido o tempo ao Sr. Deputado Levy Nazaré.
Quer já fazer a sua intervenção?
Quanto tempo? O tempo de amanhã seriam 7 minutos.

O Sr. **Levy Nazaré (BASTA)**: — Obrigado Governo por me conceder tempo. Sabemos que o Movimento BASTA tem muito pouco tempo, mas eu acredito que, com as nossas propostas, na próxima Legislatura o povo nos poderá dar mais Deputados, para nós termos mais tempo para defender o povo.

Sra. Presidente, Sr. Ministro da Agricultura, é minha grande preocupação e todos nós reconhecemos o estado em que o País se encontra. Todos nós, oposição, o poder, o Governo, a Comunidade Internacional. A situação é gritante, logo, se há um Ministério a que toda a atenção deve ser dada, para nós debelarmos as dificuldades que o País vai enfrentar, é o Ministério Agricultura e Pesca. Daí que, Sr. Ministro das Finanças, um pedido para aquilo que está no Orçamento para que este Ministério possa de facto, dentro da disponibilidade daquilo que poderemos encontrar ou que poderemos receber, porque uma coisa é o engajamento, mas o dinheiro das fontes de financiamento é outra coisa. Porque no orçamento passado nós tínhamos financiamento de uma fonte, quando eu digo orçamento passado é o último orçamento do governo anterior, tínhamos financiamento de uma fonte que se disse aqui que era uma fonte segura, credível, não vou falar o nome do país aqui, por respeito e por responsabilidade política, mas não entrou dinheiro nenhum. A estrada está lá como está. Por isso, nós sabemos, uma coisa é o engajamento outra coisa é o dinheiro entrar e o tempo que entra. Daí que, desse que entrar, Sr. Ministro, ...porque nós vamos ter dificuldades terríveis para a população e sabemos disso, vamos ter dificuldades por causa da conjuntura internacional, vamos ter dificuldades com a entrada do IVA, vamos ter dificuldades com a questão do combustível, vamos ter dificuldades, porque nós estamos a produzir pouco, estamos a trabalhar pouco. Daí que deve ser dada toda atenção ao Ministério da Agricultura e Pesca.

Sr. Ministro, a Lei de Furto nas Parcelas Agrícolas está em vigor. Eu trabalhei muito nesta Lei. Sr. Ministro da Agricultura e o Sr. Ministro da Defesa e Ordem Interna, que tem a ver com a Polícia, os dois Ministérios têm que resgatar esta Lei, trabalhar em conjunto, para se pôr cobro a essa situação de roubo nas parcelas. É verdade que falta regulamentar a Lei, mas regula-se e avança-se, porque o País vai precisar de facto disso. É preciso coragem, mas se tem que fazer, porque isso cria problemas à economia e à produtividade, desencoraja aqueles que querem trabalhar. Já há *live* de crianças, meninas de 13,14 anos a roubar pinhas de banana com vidro. Cortar bananeira com vidro, para roubar uma pinha de banana. Por isso, é um apelo ao Governo, para dar atenção ao Ministério da Agricultura e Pescas, porque este Ministério vai ser importante para os próximos anos de São Tomé e Príncipe. É só isso que eu gostaria de dizer. Eu não tenho nenhuma proposta concreta, e obrigado Governo por me ter dado esse tempo.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sr. Deputado Levy Nazaré.

Tem a palavra a Sra. Deputada Celisa Aguiar.

Já agora, convido para preencher o lugar na Mesa o Sr. Deputado mais novo.

A Sra. **Celisa Aguiar (ADI)**: — Sra. Presidente, Srs. Ministros, Técnicos da Casa Parlamentar, Sras. e Srs. Deputados, Povo de São Tomé e Príncipe, boa tarde.

Venho aqui subscrever a intervenção de um deputado que falava do pagamento em atraso do GIME. É uma realidade, quando a gente tem o pagamento em atraso traz constrangimento ao nosso lar, a nossa vida quotidiana. Mas eu queria dizer que em 2019/2020 eu fui extensionista pela área das Pescas, mais concretamente do CADR. Eu e os meus colegas extensionista sempre trabalhávamos, embora com atrasos no pagamento de salários. Mas eu sei que o Governo actual pode procurar uma forma de pagar, tanto o GIME como o CADR e outras instituições que têm pagamento em atraso. E o nosso salário só conseguiu ser pago quando apareceu o famoso Projecto COMPRAN. Mesmo assim eu quero dizer, porque eu estou com isso na garganta e hoje, como eu tenho oportunidade de falar, eu vou falar. Quando o Ministro da Agricultura cessante, com os seus Assessores mais a companhia limitada, resolveu pagar os salários em atraso, o que é que fizeram? Talvez escolheram extensionistas da cor da camisola deles e aqueles que não eram mandaram para casa. O nosso São Tomé diz: «*ome ku fomi ka da Desu ku faca*». Eu fiquei desempregada desde 2019 até que me tornei Deputada. Em minha casa, eu sou Pai, Filho e Espírito Santo, que são três pessoas da Santíssima Trindade, formada numa só pessoa. Mesmo assim fui retirada do

trabalho por um grupo de pessoas. Então, como eu tenho raiva disso, eu vim aqui hoje aproveitar para falar. Porque eu sei que os outros não vão gostar como eu estou a falar. Um Deputado disse que o Dr. Patrice vai tirar os professores da COVID e eu gostei como o Dr. Patrice veio aqui dizer que não vai tirar ninguém. Isso é política, isso é saber da vida da população, isso é saber da vida do povo.

Uma voz do ADI: — Muito bem!

Aplausos do ADI.

A Sra. **Celisa Aguiar:** (ADI) — Porque todos nós pertencemos a São Tomé e Príncipe e temos direitos. É a minha primeira vez a vir aqui, quando fôr necessário eu volto.

Uma voz do ADI: — Muito bem.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sra. Deputada Celisa.

Estamos a discutir o Orçamento do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Não havendo mais intervenções, Sr. Ministro, não sei se quer fazer qualquer abordagem à volta do seu Ministério. Se não, vamos suspender a nossa análise na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas** (Abel Bom Jesus): — *San Guia Wê di Sembleya, bwax-tadji Dêsu, nem sun Deputadu di Sembleya, andeji me Deputadu ni Santome sa, kendiji, poda mu kunfyansa, kasô pôvô, pundá nansê sa nai di toma konta di kwa pôvô. Nen damon mu Ministlo, bwax-tadji Dêsu.*

Um bi ku kwa di fla montxi, maji um bê cuma nem Deputado sa cansado, maji di kua kali modu, giná ome bulí cantxin bóca ê ka tendê fala.

Palecê ùa n' guê ska pia mu mali, punda un ska bê oklu daí e ami na ka pê oklu fa.

Risos.

Bom, um bi da patxi ni kua di Ministeli di Aglicultula. Jina tempu biscôcô, Ministeli di Aglicultula sa ùa Ministeli ku a ka bê kuma txoco, maji ê sa nglanji. Punda maxi montxi kwa ku ska fe ngê ku sa ai ska sintxi flaku sa fata kwa cumé. Xi non da uê ni kwa kumé ni Santome cu Plinxipi, non ska da uê ni kwa xkola, ça anzu ka xiná maxi doxi, non ska da uê ni saôdji. Giná ome kume bem, ê ka tê saôdji, pundá andeji me pia mo Levy sa ai ku bon saôdji, gibon kiê ben. Pundá xi ê na ka tê saôdji fa...

Aplausos e risos.

E non ten sa sêbido cuma anzu ka ba xkola ku fomi, ê ka tá ni xkola ê na tê modu de xina fa, punda kabêsa ka sa ni kwa kume. Anton, un kelê cuma Govenu sek nga fé patxi di Govenu, non ka ba da paxti pa non lesôvê kwa sé, maji kwa ku non ka piji sa pa pôvô ten zudá, sa pa nen ngê ku toka di leplesenta pôvô ten zudá, pundá non sa sêbidu kuma lédê ku tê pinsu ka subli ôquê maxi sedu.

Bon, Ministeli di Aglicultula non saka fe ùa mina kwa ku putugêji ka same reforma. Punda andejime ola ku sun ka xiga ku sun ka bê kwa blagadu, sela sun zunte. E ê tê iô ngê ku fe ùa kwa ku non ka fe montxi ni Santome, a ka miji ome uê. Fla cuma Belu na ka nguente fa. Non sa ka fe sêxi mêji di Ministeli e non fe mina, mina, kwa na la za. Andeji me sê djêlu, maji ku zoplô d'ubuê non ska fe, punda kabalú novu ka subli ôquê ku kolé e kabalú ve ka subli ka tete, e xi ê tê dêcê sela ê toma xtensu, punda ê ka pô dêsê vaji ka lola. E é uma chatice é.

Aplausos.

É tê ngê ten ku sa ka mêsê muda modu non di bê, punda kamanda? Xi Deputadu sa leplesentanti pôvô, xi mo fala, mo klonvesa é tendê kuma ùa kwa sa mali ni tali xitu, é toka ba ala, ba pia ku wê dê, pê na sai ka fla vonvon, mo ngê ku kiê ni madêla. Nansê ka poda mu kunfyansa, punda é sa axi.

Ùa nen dja se, un tava kobo ke mu, un tendê ùa Deputadu ka fla ni Sembeya, cuma non ska kota po manga ni Misquita, kendiji, ni CIAT. Non saka kota vede, punda non sa sêbidu, modu putugêji ka fla, na natureza, nasce, cresce, reproduz e morre, e Santome sa ska fica tlaxi mo kadela, punda non sa ska lêlê kwa ve so. Bamu bi ku kwa novu. Po manga ku non saka kota tê kolenta (40) anu za di vida. Andeji me ni muson se, palesê un tava ka da ope pa un nancê uo.

Dan ngê ku cebê, pa ùa aluvu ku ka da flutu, pê pô ploduzi ben, pê da kwa pa sun kôyê, pa sun bendê di nganha jêlu, punda nê ùa ngê na ka fe kwa pê pô pledê fa. Sa kendiji, inen po manga se toka ploduzi antê dôzê (12) anu. Inen sa ni kolenta (40).

Agola, xi Deputadu se ka ba pôsê kamia non, di punta non punda kamanda a ska cota po manga, non ka fade, inon, non ska kote punda é sa ni daji za di ba reforma. Maji inon, kuma ni Santome miole tudu ngê sêbê kwa, pedlelu ka kula, pedlelu ka xiga obla ba fe andami pa kapintelu subli, un sa sêbidu kuma Deputadu se sa Don Clintonio ni kwa di vungu di fe, e Belu sa Don Clintonio di aglicultura. Un pô na tê diploma fa, maji un tê obla, punda injinhêlu sê obla na valê fa, podan kunfyansa.

Aplausos do ADI.

Non sa sêbidu kuma Ministeli di Aglicultura na sa di ploduzi fa, maji jina Xtadu tê losa sela non golo modu pa non pê ka ploduzi. Sun Deputadu flan ai sela non golo modu pa Santome pô ploduzi. Non tê Plujetu Bomu Ximia Pa Non Bê Kwa Kume, ku sa ala antawo, tê ùa mina sovezu, punda maxi montxi ba dê za, e non sa ni sêxi (6) mêji di Govenu, xi aka ximia, non ka ska ka kôyê. Agola, kwa dê sa setu, na sebê xi a ximia mandjoca zaia ou xi a ximia inhamê zambluku fa, punda na sêbê kuma non ku xiga onte ka pô ximia pa pôvô ska bê kwa di kume miole fa. Anton, kwa ku non toka fe miole sa zunta kabêsa, punda xi fomi lentla Santome, Govenu ka môlê, opuzison ten ka môlê. Kendiji, jina bamu ximia pa pôvô cume na da kwa pa non kume fa, miole non ka desa Govenu tlabá pa pôvô bê kwa kume. Govenu se mêsê tlabá ku tudu ngê, tudu mina di Santome. Kwa dê sa setu, sa ngê ku ka lema tela ô mutambu ni xtlada da non, non na ka pô tlabá kuê fa, punda pekadó na ka pô sa bodo sun ka nhe sun, pa sun bila ska kolê mon ni kabêsa fa. Nunca.

Aplausos do ADI.

Bon, nga ba fla pikina ni patxi Pixka, punda inen pixkadô ten ka fe patxi di Ministeli non. Ola ku non xiga, lédê ku muturu ku toka sa ala pa a pô tanda pixkadô, a tome fe campanha kuê, maji ùa dôsu olha ku fika, non toma, patxi da Plinxipi, punda Plinxipi ten sa Santome. A ka kêsê Plinxipi, maji Plinxipi sa Santome. Govenu se ka tlabá ku Santome ku Plinxipi ku mon dadu punda xi sun pinta valanda na pinta uê ke fa é na ka fica glavi fa, manda ku non ku Plinxipi ska tlabá ku mon dadu. Andeji me, amanhâ non bila ka ba lansa ùa obla di patxi di xtlada ni Plinxipi, punda non sa sêbidu cuma matxilu sa la iô dê, e ni xtlada se sa di zuda inen pixkadô di bê modu di klaga pixi ku inen ka piska, inen tlabadó campu claga kume ku inen ka ploduzi. Ise so sa disenvolvimentu da Santome.

Non bila ka ba fê ni anu se antawo, ni ple ixi ku a ka sama Ple San Paulo, ni son di Ple Cambua, punda non bê na la ùa xitu ku inen tava ka pê pixi nê, ku foi fedu iô d' anu, maxi dô kê vintxi (20) anu ku kwa se fô fedu. Santome non sa ni kwa se di ola non ka fe obla, non na ka da uê n' obla fa. Inen pixkadô na tê kamia di pê pixi ola inen ka bi fô omali fa, magi non ka ba fê. Non ka ba fê ku djêlu di fundu Pixca, ku sa gelu ku a ka fla, Fundo di Disenvolvimentu di Pixca, ku sa ùa djêlu ku a ka disconta di zuda inen pixkadô e pulitica di inen otlô Govenu ku tava ka fe, non ka toma djêlu se, invê pa copla mutor, copla canoa, golo nzolo di bon plesu ku bon qualidade, ku fi, ku inen kwa se tudaxi da pixkadô, kwa inen ka fe sa, kendiji, djêlu ka ba ôtlô xitu. Magi di vêgi se, djêlu ka ba mon di pixkadô. É tê ngê ku ska ba duê, maji sela é ba ala. Xi é ba ala, punda kamanda miole ami kuma Ministlu pêdu di patxi kuaxi ku Xtadu ka da kuma Asesor, un tê Consêlhêlo pixkadô, un tê Consêlhêlo tlabadó kampu, ku sa aglicultor, un tê Consêlhêlo viantêlu, un tê Consêlhêlo maderero, carvoero, punda sela non zunta tudu inen ngê se, zao pa non konsê stlada setu pa non nda nê.

Ùa, ùa dja xi é na sa ku zuda d' inen ngê se fa, non na ka sêbê kwa non ska fe fa, punda xi non mecê zuda, sela non punta inen ngê se kwa ku inen mêsê, zao pa non pô bê modu di da inen zuda. Anton, ni patxi di Ple San Paulo, non ka ba fa obla se nala, non bila ka saia pikina be antê son Tlaxa, punda kamanda é

pôvô? Ola kume ka sa pôkô, plumê kwa ku men ka fe sa san ka txila lepalu, konta kantu mina ku sa kinte, zao pa san uanga platu, sa san ka toma onoxi, san ka pê kume ni platu pikina, pikina, pikina. Xi ê soveza ni glentu di ubaga, san ka bila sala pikina, pikina, punda kume ka sa pôcô. Axen me, ê ka da di patxi, punda da na sa tê fa, sa vonte. Manda ku non ka da ùa satu antê son Tlaxa, non ka xiga na la antê fela ku a ka sama fela manga Zêbê, ku sa sangê ku sa bodo di xtlada ka bêndê kega, ku lisku pa karu pledê direson mata ngê, zo pa pô bi pê clupa ni Govenu. Anton, non ka ba txila patxi di djêlu se, ku sa djêlu di fundu di contrapartida, di zuda pixka, pa non ba fe fela se. Anu se me non ka ba da uê ni kwa se. Anton, ni patxi Tlaxa, non fe ùa mina lômbô kwa za...

Aplausos do ADI.

Sangê lumia CADR, CADR, putugêji ka same, extensão rural. Zêntxi ê, aglicultura sa ùa syensya, ise nansê pô xklevê punda kamanda n' ga fla. Ami na tason ni xkola xtuda aglicultura fa, maji natulêza ponta mu xtlada pa n' pô n' da nê, punda ome ten na nansê pa ê pô sufli fa. Punda ome ka xina antê ku topi ku ê ka da ni xtlada. Ni vintxi sete (27) anu ku n' sa ni kampu...

Uma voz do ADI: — Muito bem!

Aplausos do ADI.

O Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas: — ...un da topi iô dê, zuntadu ten ku ngê ku ka tlabá ni bodo mu ten, punda ami na sa ni Ministeli ami tan fa. Un tê iô injinhêlu nala ku sêbê ôtlô kwa ten. Non ka zunta pa non fa ùa kwa glavi.

Anu se non ska ba pê CADR ni telenu. Non sa sêbidu kuma matxilu sa montxi. Tratoru ku tava na la ku non ka pô tlabá kuê, palêsê zêntxi kume loda tratoru...

Risos.

Karu ku CADR ka pô ba telenu a lansa antê loda, txila bateria novu, na sêbê kamiá ê be dê fa; moto, anji bô pê mu. Maji ùa kwa sa setu, men nganha paxensa ê bila ka golo xitu pê zala, punda xi men nganha na zala fa, pinta na ka bê kwa to fa. E tenda di Govenu se sa di zala pa inen mina di Santome pô bê kwa di to. Non sa sêbidu kuma ê tê ngê ku tê leva, punda andeji me, plemedô mele, ola ê ka plêmê, ê mêsê pa mele ka sa ni mon dê, kexido êlê kuma plopi vunvun sela ê supa mele, ôtlô punda, xi vunvun na supa mele fa, mele na ka bila lô fa.

Aplausos do ADI.

Non ka ba fla ni flolesta, punda flolesta sa ùa kwa ku ka doxi, punda iô ngê sa nai ka fla ni mudansa climatica, mundansa climatica. Mudansa climatica sa setu vede e ê sa nai, non ska bêlê, punda miole ngê ku tava ka kunda cuma basa d' omali na ka de no pe fa, ê ska de, punda omali ska bi. Inen sun n' guê, fe mu favôlô, xina landa, punda xi kwa tugu, anda pligu.

Risos do ADI.

Anton ê tinha ùa plujetu ku tava ka bi za, ku sa di fa ke guada. N' ga same ni Santome axi ni boka, boka, di cada flegueja, di zuda inen sode di flolesta di ka contlola kega di madêla ku a ka kota e kwa se ten ka ba zuda non ku kwa di futa ku Sun Deputadu fla nai, punda na la tê, a ka same ni putugêji, posto de kontlolo, ku sa ùa kwa ku non so golo financiamento, maji nen ke se non ka fê, non ka tanda Ministeli di Defesa e Ordem Interna, pa inen pô da wê nê, punda nen sode so ka pô contlola kwa se. Sa kendiji, inen sode fotxi, ku inen sode d' ale so ka ba ta la pa inen fe contlolo di inen kwa se. Inen kwa se tudaxi tembeten mêsê zuda, punda, pla sode sa nala jina plaman antê notxi, sela ê tê kwa kume, sela ê tê lôpa bixi, inen kwa se tudaxi. Inen na ka pô sa tenda ku kabesa kolê fa. Maxi doxi dê antawo sa ùa kwa novu, ise non ka same inovason, non sa ni tlaxi d' inen tolado, kendiji, inen n' guê ku ka sela madêla ka kolê punda inen na ka pô sela madêla fa. Inen tlabado kampu ku ska lentla kwaxi putugêji ka sama, áreas protegidas, ska ba fe kampu. Non da ùa kwa se za, kendiji, non da inen ùa modu di vida za pa inen vivê ku non ska txila inen kwa se? Inon. A na ka

txila makaku bôbô ni mon sê de ùa ukue di andji fa, anton dileson flolesta anu se antawo non ka ba komesa ka tanda inen toladô, inen kemadô clavon ôtlô modu di n' ganha vida punda xi inen tê modu de n' ganha vida za, zo inen ska bila be ba kota aluvu, dai zo vede non ka pê kada kwa ni xitu dê. Anton elê mandá ku ni patxi di flolesta non tê ùa tenda doxi ku non ka ba fe anu se e non kelê kuma kwa se ka ba mingua kwa di a ska kota aluvu von-von, punda di kwa kwali modu non ska tanda inen ùa meio de n' ganhá vida, pa non pô tê modu di ska ka kontrolá flolesta non maxi.

E n' ga ba fisa, n' ôtlô patxi doxi, sa punda ola un lentla un bê ùa patxi djêlu di plojetu PRIASA di koplá arca e fe kamia di pê pixi da inen n' guê de Caué.

Bon, non na ka pô copla arradu pê kinte sê buê de saie fa, a nan sê si ome mêsê saia aradu, punda aradu na sa kwa pa ome pô saia fa.

Anton non bê kuma, enves pa non koplá jilêra pê Caue, ku pixkadô di Caué ska pixka ni nen kanwa se nôstempu, fedu de madêla e ka ba omali ku xinta n' awa, ni liscu di pledê vida, e non kuma Govenu sela non golo modu di da nen n' guê non ou n' guê ku non ska xtlivi modu di ganha vida, kwa putugêji ka sama seguro, anton, ku plujetu PRIASA non fada inen kuma non na mêsê jilera ni ola se antawo fa. Kwa ku non mêsê sa botxi di fibla, ê na sen montxi fa maji ê pô sa ùa dexi (10) ou quinji (15) non ka ba komesa. E non ku dexi za, ku lezutadu ku ê ka ba da non ka ba da, non ka ba musa inen n' guê ku ka da non zuda. Zentxi ê ni pôkô xi ku a tava da non, ia kwa non fe. Non bila mêsê pikina pa non pô bilá klesente. Anton un kêlê kuma ê ka pô bila sa ala punda kwa sa axi, sun na ka pô lanta mundja fa sela sun ka nda.

Non tê kwa montxi maji kwa sa setu, xi nansê buli cantxin boca, n' gua pô bila plasê nai, punda Belu na sêbê fla, kwa un sêbê sa fe, punda un xina ka fe.

Xi a bila mêsê sêbê kwa kwali kwa, a ka pô sama mu, n' ga bila bi nai.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Sun Ministlu d' Aglicultura, non gôgô ku sun, modu ku sun fla da tudu mina di Santome ku Plinxipi...

Aplausos.

...ku sa ni Santome ka vivê, ku sa ôtlô tela ten, ku ska tendê lungwa non tela. Non gôgô da sun, non gôgô ku tudu kwa ku sun fla non nai, maji non nai sela non fla pikina ni putugêji, punda ê tê n' guê ten ku ska lêlê non ku na ka tendê lungwa non fa.

Com a intervenção do Sr. Ministro da Agricultura, fica fechado o Orçamento do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, e assim estaremos a suspender esta sessão de análise na especialidade das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado. Vamos retomar amanhã com dois Ministérios, o Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente e o Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Só gostaria de perguntar aos Srs. e Sras. Deputadas a que horas vamos começar, porque estarei cá às 9 horas. Se acham que não temos muita matéria para começarmos cedo, digam agora, por favor.

Então, amanhã, às 9 horas, estarei cá.

Tenham uma boa tarde e um bom almoço.

Obrigada a todos os que nos seguiram, membros do Governo, nossos acompanhantes do *Facebook*, a todos, muito boa tarde e até amanhã.

Está terminada a sessão.

Eram 13 horas e 25 minutos.